

**REUNIÃO  
DO  
EXECUTIVO**

**MANDATO 2013-2017  
ATA N.º 24  
DE 31-10-2016**

**ATA N.º 24**  
**Mandato 2013-2017**

**Data da reunião ordinária: 31-10-2016**

**Local da reunião:** Sala das reuniões da Câmara Municipal de Santarém

**Início da reunião:** 15:20 horas

**Términus da reunião:** 18:55 horas

**Resumo diário da tesouraria:** 28/10/2016.....6.624.509,08€

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

**Vereadores:** António José da Piedade do Carmo  
Susana Cristina Coelho da Silva Pita Soares  
Ricardo Jorge Figueiredo Segurado  
Luís Manuel Sousa Farinha  
Celso Ricardo Pimenta Braz  
Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes  
Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes  
Sérgio Martins Esteves Cardoso

**Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

**Cargo:** Coordenadora Técnica

**Faltas justificadas:** Otilia Margarida Jacinta Torres e Paula Alexandra Machado de Sousa Canavarro (substituídas nos termos da Lei)

**Faltas por justificar:**

-----**ABERTURA DA ATA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião eram quinze horas e vinte minutos, começando por referir a presença nesta reunião dos eleitos Celso Ricardo Pimenta Braz e Sérgio Martins Esteves Cardoso, presentes nesta reunião em substituição das senhoras Vereadoras Otília Margarida Jacinta Torres e Paula Alexandra Machado de Sousa Canavarro, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

--- A seguir, nos termos do número quatro, do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro/dois mil e quinze, de sete de janeiro, perguntou aos senhores Vereadores se já tinham tomado conhecimento da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída e porque todos responderam afirmativamente foi submetida seguidamente a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Nos termos do número três do artigo trinta e quatro do mesmo diploma legal, não participaram na aprovação da ata os senhores Vereadores Ricardo Segurado e Francisco Madeira Lopes por não terem estado presentes na reunião em causa. -----

--- Seguidamente, deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, verificando-se as seguintes intervenções:-----

--- **Senhor Vereador Francisco Madeira Lopes – UM** – Voltou a perguntar se o procedimento concursal para adjudicação da obra na escola de Almoester já foi aberto. Perguntou também se se pretende usar o espaço polivalente para a tomada de refeições ou se há outro projeto, questionando ainda, caso seja no espaço polivalente, se não receiam que venha a dar mau resultado como já se verificou noutras escolas, designadamente no Vale de Santarém. -----

--- **DOIS** - Solicitou informações sobre o desenvolvimento do procedimento nas obras das encostas de Santarém. -----

--- **TRÊS** - Saudou o FITIJ – Festival Internacional de Teatro para a Infância e Juventude que terminou no passado dia nove, depois de uma programação cultural bem

preenchida, dedicada aos mais novos e não só, com participações internacionais, nomeadamente da Dinamarca, Espanha, Inglaterra, Brasil e nacionais, incluindo grupos da cidade. -----

--- Referiu que no último dia do Festival, um funcionário da autarquia interpelou a organização no sentido de proceder à limpeza do passeio onde teria estado uma exposição de artes plásticas. Estranhou este facto porque este evento contou com o apoio da Câmara Municipal de Santarém e certamente a organização do Festival estaria autorizada a utilizar aquele espaço. -----

--- **QUATRO** – Recordou que há cerca de um ano entregou um requerimento no sentido de saber os pagamentos que a Câmara e as empresas municipais, nomeadamente a Águas de Santarém e a Viver Santarém, efetuam com a aquisição de espaço para publicação nos meios de comunicação social. Referiu que apenas lhe foram prestados esclarecimentos relativamente ao ano de dois mil e quinze, quando havia pedido uma listagem de todas as compras incluindo valores despendidos, pela Câmara Municipal de Santarém à comunicação social para eventuais publicações publicitárias, editais, anúncios, avisos ou outras, desde o início deste mandato até ao presente, que era, na altura, novembro de dois mil e quinze. Este pedido foi extensivo às Águas de Santarém e Viver Santarém. -----

--- Disse ter solicitado também informação sobre os critérios a que obedeceram ou obedecem às escolhas que levaram aos contratos e gastos suprarreferidos, e ainda, concretamente em relação ao Festival de Gastronomia de dois mil e quinze, pelo facto de não ter sido comprada qualquer publicidade apenas ao jornal “O Ribatejo”, questão que, na altura, foi justificada por ter sido pedido já tardiamente ou fora de prazo. Questionou também sobre o modo como foi feita esta contratação, como foram publicitadas ou pedidas as propostas, em que datas, em que datas foram entregues as propostas contratuais dos outros dois jornais o “Correio do Ribatejo” e “O Mirante” e que valores foram pagos e por que razão não foi de facto contactado o jornal “O Ribatejo”, deste pedido de informação. -----

--- Agradeceu a resposta relativamente ao ano de dois mil e quinze contendo os valores da Câmara Municipal de Santarém, ficando a aguardar que os valores relativos às

empresas municipais sejam disponibilizados, insistindo nesse sentido.-----

--- **Senhor Vereador António Carmo** - Referiu que está a decorrer o Festival Nacional de Gastronomia tendo verificado que nos jornais regionais da cidade mais uma vez veio publicidade ao evento mas apenas em dois jornais, voltando a repetir-se o que aconteceu no ano passado.-----

--- Recordou que o ano passado a justificação foi de que a publicidade não decorria da Câmara nem da Viver Santarém, como se estas não fossem entidades responsáveis pelo Festival Nacional de Gastronomia e depois de ter sido esse assunto aqui levantado surpreende-o que volte a repetir-se o mesmo. Recordou que a fundamentação foi de que o jornal “O Ribatejo” enviou a proposta fora do prazo, estranhando que quem dirige aquele jornal tenha tido o mesmo comportamento este ano.-----

--- **Senhor Vereador Celso Braz – UM** – Disse ter chegado ao seu conhecimento a intervenção da Câmara Municipal de Santarém em propriedade alheia, perto da Quinta das Manteigas. Lamentou esta situação da Câmara iniciar obras sem ter a certeza que o local seja de domínio público, e que esse processo não esteja suficientemente consolidado surgindo estes problemas entre privados e a autarquia.-----

--- **DOIS** – Elogiou a entrega de alguns documentos relativos ao PDM - Plano Diretor Municipal, constituindo uma apresentação de elementos prévios que, para seu espanto, sendo uns elementos que não estão fechados a esta data, padecem, em sua opinião, de insuficiências gritantes.-----

--- Afirmou que o Partido Socialista não teve acesso aos relatórios da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional nem aos relatórios das propostas de exclusão respetivas, mas daquilo a que tiveram acesso, esperam que quando existir a versão final algumas das situações para que pretendem alertar estejam debeladas.-----

--- Disse que iria dar alguns exemplos concretos de aspetos que em sua opinião configuram ilegalidades ou opções incorretas ou contêm gralhas e erros e que a esta altura se pressuporia que fossem situações muito mais consolidadas.-----

--- Começou por citar algumas situações que, na opinião do Partido Socialista, não configuram solo urbano como as áreas relativas à Quinta da Mafarra, à Quinta dos Anjos

ou ao Vale da Ribeira das Fontainhas, áreas que não possuem qualquer infraestrutura, qualquer edificação, não cumprindo, portanto, aquilo que a Lei de Bases obriga.-----

--- Considerou que algumas destas opções poderiam configurar outras soluções técnicas, que poderiam abordar estas áreas, mas não é assim que elas estão. Disse também que algumas configuram opções erradas, como a Quinta dos Anjos. Salientou que o tão apregoado enfoque na regeneração e na reabilitação urbana, para o Partido Socialista não se coaduna com vastas áreas de expansão onde mais de quinhentos mil metros de área edificada se propõem como expansão da cidade numa área que é periférica, que hoje não tem nada, portanto, defendem que ou se tem reabilitação e regeneração urbana ou a expansão. Pelos documentos que lhes foram distribuídos, julgam que o atual executivo opta pela expansão urbana. -----

--- Outras opções como povoar a cidade de unidades operativas de planeamento e gestão, o Pereiro, Marvila, entre outras, não lhe parece que seja uma forma pontual e desgarrada de estruturar e de saber o que é que se quer para a cidade. Afirmou que defendem um plano de urbanização global para a cidade onde todas essas áreas sejam pensadas e igualmente o centro histórico configure uma área própria dentro do plano de urbanização global. -----

--- Outro apontamento que o desilude é a ausência de qualquer programação de equipamentos para o concelho nos próximos dez anos. Os documentos entregues apresentam a carta educativa, e muito bem, que tem a sua programação feita, mas relativamente aos outros equipamentos, desportivos, sociais, culturais e desportivos, nada existe sobre uma programação consequente, coerente, consolidada. Existe um conjunto de observações que obviam a uma programação concreta, atual, com mecanismos de programação modernos e que, por consequência, fazem esquecer um programa de execução mais coerente. -----

--- Alertou para algumas situações concretas, em algumas áreas que são propostas urbanizar, das quais o Partido Socialista discorda por completo, designadamente na nacional número três para o Cartaxo, ao descer, algumas casas do lado direito e toda essa faixa até à carreira de tiro é proposta como a urbanizar, outras existem também no acesso

sul quando se desce, do lado direito, também proposta a urbanizar.-----

--- Existem uma série de pequenas opções que a Câmara se propõe executar e algumas vias que com os mecanismos que o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial apresenta não se coadunam com o mesmo. A título de exemplo referiu a via de ligação da Escola Superior Agrária ao Complexo Aquático, que a Câmara prevê executar, o que para o Partido Socialista só faz sentido se os proprietários abrangidos por essa via forem simultaneamente abrangidos por um projeto de perequação onde as mais-valias geradas e os benefícios e encargos sejam repartidos por todos e não apenas assumidos pela Câmara. Outro exemplo em que o mesmo princípio se coloca é a via entre o Tribunal e a Calçada do Monte. -----

--- Disse que a Câmara propõe um vasto conjunto de áreas/atividades económicas que para o Partido Socialista não têm qualquer aptidão, referindo-se concretamente à Parquiscalábis e à Ribeira das Fontainhas por ser uma área que já foi proposta urbanizar que é reserva ecológica e reserva agrícola, configurando um dos componentes principais da estrutura ecológica da cidade, todavia promove-se novamente a tentativa de expansão da área industrial para essa área. -----

--- Afirmou que o Partido Socialista estará completamente contra essa opção, defendendo que pelo lado contrário essa ribeira na área entre a Indolsan e a área industrial, sim, tem uma área intersticial por colmatar que o Partido Socialista concorda que deve ser a expansão da área industrial de Santarém. -----

--- Relativamente à área norte do concelho de Santarém considera que algumas empresas e atividades económicas, como por exemplo Carnes Valinho, Olitrem, outras empresas situadas entre Alcanede e os Amiais de Baixo não são identificadas como espaços industriais e que se o fossem e sendo prevista a sua área para ampliação com certeza seriam muito mais beneficiadas do que como estão hoje projetadas e propostas no Plano Diretor Municipal. -----

--- Há, portanto, um conjunto de situações que considera que são bastante gravosas para as pessoas, para as atividades e para o território e declarou que os Vereadores do Partido Socialista enquanto não estiverem repensadas ou não for apresentada outra forma de

qualificar as atividades, as pessoas e o território no concelho de Santarém, estarão contra. Por fim disponibilizou-se para esclarecer as questões em pormenor se houver algumas dúvidas. -----

--- **Senhor Vereador Ricardo Segurado – UM** - Referiu-se à escola de Almoester face às questões de divergência quanto ao futuro daquela escola e daquele espaço escolar, afirmando ser importante que todas as situações sejam esclarecidas publicamente, considerando que a vereação deve ser informada sobre o ponto da situação, mais exatamente sobre o procedimento concursal relativamente àquele espaço escolar. -----

--- **DOIS** – Saudou também a organização do Festival Internacional de Teatro para a Infância e Juventude e o facto de este evento ter trazido um conjunto de público que normalmente não se associa a este tipo de eventos, além de grupos internacionais, grupos nacionais, grupos do município de Santarém. -----

--- **TRÊS** – Relativamente ao Festival Nacional de Gastronomia, disse querer deixar de forma pública um abraço de felicitação ao Vereador Luís Farinha. Disse manter algumas das crítica que apresentou há quatro anos, salientando como mais evidente a ausência da cidade daquele espaço, ou seja, defende que o Festival Nacional de Gastronomia tem que sair daquelas quatro paredes que é a Casa do Campino e as suas zonas adjacentes. -----

--- Na sua opinião os eventos gastronómicos, a lógica da gastronomia e a evolução que ela tem tido no país, especialmente nesta última década, têm que fazer pensar quem organiza este evento que a cidade tem que ser mais envolvida o que seria fácil com coisas simples, como por exemplo, fazer show cooking noutras zonas da cidade, aproveitando o espaço do centro histórico, salientando que este ano até se verificaram dias de sol intenso, de calor, onde esse tipo de eventos seriam organizados de uma forma muito fácil, atrairiam público a uma zona fora da Casa do Campino mas dentro do centro histórico, porque acha que é uma lacuna que ainda hoje existe e que é um caminho que deve ser feito. -----

--- Pensa que este ano há uma diversidade de restaurantes que de certa forma não representam a totalidade das regiões do país mas há nitidamente uma aposta na qualidade. -----



--- Disse ter assistido no dia da inauguração ao nervosismo do Vereador Luís Farinha, claramente o nervosismo de quem está ciente da responsabilidade, que se envolve na organização do evento e que merece ser aplaudido e agraciado dada a forma como ali esteve, atento a todos os pormenores, e não quis deixar de publicamente, independentemente das questões políticas, dar os parabéns pelo envolvimento na organização do Festival Nacional de Gastronomia extensivos, obviamente, a toda a organização, independentemente das críticas que foi deixando ao longo destes anos. -----

--- **QUATRO** - Terminou evocando o senhor José Churro Faustino, não apenas por ter sido o militante número um do Partido Socialista da secção de Santarém no distrito de Santarém, mas também por ter sido presidente da Assembleia Municipal. Lamentou não lhe ter sido possível estar na sua despedida, mas evocou-o porque considera que ele de facto representa aquele que deve ser o papel dos mais velhos na vida política na forma como recebem os mais novos. Disse que não é fácil entrar-se num partido político, numa cidade em que o Partido Socialista, à data, presidia aos destinos da mesma ainda mais difícil era, e houve duas pessoas que o marcaram profundamente na forma como sempre o receberam no Partido Socialista, uma foi o Churro Faustino e a outra foi o José Niza. Declarou que, apesar da forma como foram dialogando ao longo dos anos, muitas vezes com visões muito críticas, quer um quer outro, não apenas com a questão da governação Partido Social Democrata ou a governação Moita Flores, ambos tinham uma lógica muito crítica da vida interna do Partido Socialista, e a irreverência e o sentido crítico que ele sempre demonstrou quer com a vida do concelho quer com a vida e a governação da autarquia levam a que deixe aqui os seus sentimentos a toda a família porque acredita que fazem falta pessoas como o Churro Faustino.-----

--- A pedido do senhor **Presidente**, foi guardado um minuto de silêncio em homenagem a José Churro Faustino, ex-presidente da Assembleia Municipal, em sinal de profundo respeito pela sua memória.-----

--- O senhor Presidente informou ter estado presente no funeral, em representação da Câmara, afirmando que todo o executivo se revê nas palavras do senhor Vereador Ricardo Segurado, associando-se o Município de Santarém à dor desta partida. -----

--- Senhora **Vereadora Susana Pita Soares** – Disse ser com muito orgulho que informa que a autarquia recebeu uma menção honrosa da **Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**, atribuída na passada sexta-feira, aos municípios com boas práticas na Integração da Dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação quer na sua organização ou no seu funcionamento, quer nas atividades que vão sendo desenvolvidas. Explicou que a Câmara Municipal de Santarém havia apresentado a sua candidatura a este prémio bienal, tendo em conta as boas práticas de integração ao nível da igualdade de género. Salientou que mais do que uma vez, em reuniões de câmara, tem tido oportunidade de falar do Plano Municipal para a Igualdade de Género, mas mais do que o plano, mais do que o conjunto de intenções vertidas nesse documento, é aquilo que se pretende, a prática no dia-a-dia dos trabalhadores e das trabalhadoras deste município. -----

--- Recordou que o município de Santarém celebrou um protocolo de cooperação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género no âmbito do qual foi nomeada uma Conselheira Local para a Igualdade com a função de promover o desenvolvimento integrado da perspetiva do género e da igualdade de oportunidades nas políticas municipais e adotou um plano municipal para a igualdade de género aprovado em reunião do executivo municipal no passado dia nove de novembro de dois mil e quinze e que vigora para o período de dois mil e dezasseis a dois mil e dezassete. Portanto, volvido quase um ano da aprovação deste Plano Municipal para a Igualdade de Género surge o reconhecimento da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Disse tratar-se de uma menção honrosa que naturalmente enche a autarquia de orgulho e de satisfação mas é também uma responsabilidade acrescida no caminho que tem que ser percorrido para que efetivamente esta menção honrosa possa ter tradução na qualidade e na verdadeira igualdade entre homens e mulheres no Município de Santarém. -----

--- Corroborou as felicitações dos seus colegas de bancada em relação ao Festival Internacional de Teatro para a Infância e Juventude, afirmando que foi com satisfação que a Câmara se associou à organização daquele evento dado ter havido por parte do executivo, desde há dois anos a esta parte, o desejo e também o incentivo logístico e

financeiro que é possível para que este festival pudesse regressar a Santarém permitindo que tantas crianças tenham oportunidade de ver espetáculos de qualidade e de dimensão internacionalmente reconhecidas.-----

--- Agradeceu à organização do FITIJ, pela resiliência, pelo entusiasmo, pela dedicação que os seus colaboradores, dando muito daquele que é o seu tempo, despenderam na organização deste evento.-----

--- Aproveitou também este ponto para esclarecer publicamente o episódio que terá tido origem num mal-entendido e que de facto não agrada à autarquia. Disse ter ficado confrangida e até triste com o teor do e-mail que foi remetido à Câmara Municipal por um dos membros da organização do FITIJ, tendo-se deslocado ao local onde constatou que não eram restos da exposição que tinha estado patente em espaço público para que os munícipes de Santarém e visitantes pudessem apreciar, eram restos de tinta que tinham ficado na calçada e efetivamente de forma diligente, de forma zelosa o fiscal municipal, desconhecendo o que ali havia estado antes, terá notificado a entidade para proceder à remoção desses detritos, desses restos de tinta.-----

--- Esclareceu que tendo tomado conhecimento da situação, rapidamente foi contactada a organização e tudo se resolveu, todavia afirmou não poder deixar de fazer uma referência ao bom trabalho e ao bom desempenho do fiscal que mais não fazia do que cumprir aquela que é a sua obrigação, de denunciar aquilo que esteja menos bem no espaço público, resguardando que isso não isenta a Câmara de dar o exemplo mas se se pretende um espaço público limpo e organizado a cidadania cabe a todos no exercício pleno das suas funções e, portanto, o trabalhador da Câmara fez aquilo que achou que deveria fazer, não sabia o que é que se tinha passado e limitou-se a comunicar e a cumprir, e bem, aquele que é o seu papel.-----

--- Considerou que este incidente não manchou o brilho, a qualidade do Festival, muito pelo contrário, o município está pronto para começar já, em conjunto com a organização do FITIJ, a preparar o próximo Festival Internacional de Teatro para a Infância e Juventude e os parceiros sabem que encontram na Câmara, dentro daquilo que é possível facultar, o incentivo que é preciso para que este evento não volte, nunca mais, a deixar

de ter lugar em Santarém. -----

--- Destacou também que na passada sexta-feira se comemorou o Dia Mundial do Idoso e o concelho de Santarém, à semelhança do que é habitual ao longo dos últimos anos, com todos os parceiros da rede social, do Conselho Local de Ação Social, que respondem afirmativamente ao apelo da autarquia de Santarém de cuidar da pessoa idosa, de cuidar daqueles que mais precisam. -----

--- Assim, no âmbito da assinatura e da tomada de posse dos membros da Comissão para a Proteção da Pessoa Idosa e Dependente, desenvolveu-se uma atividade que trouxe cerca de duas centenas de idosos das diferentes instituições do concelho para, num ambiente muito descontraído para a prática e para a promoção de hábitos de vida saudável, no passado dia vinte e oito de outubro participarem na primeira edição das olimpíadas séniores organizadas pelo Grupo Interinstitucional de Apoio aos Idosos do Concelho de Santarém em parceria com a empresa municipal Viver Santarém e com o apoio da Escola Profissional de Vale do Tejo. Destacou que nestes jogos, tal como nos Jogos Olímpicos, a cerimónia de abertura decorreu com a entrada de cada uma das equipas atrás da Tocha Olímpica e dos juízes da prova pretendendo-se promover, no nosso concelho, um envelhecimento ativo e o convívio entre mais jovens e menos jovens, entre pessoas de todas as idades. As olimpíadas tiveram um formato de competição havendo vários jogos, desde o *bowling*, às argolas, aos pinos, enfim uma série de atividades que foram desenvolvidas pelos professores de educação física da Viver Santarém para os mais velhos. Durante o apuramento das três equipas vencedoras houve uma aula de zumba adaptada para idosos sendo realmente extraordinário chegar ao final do dia e ver, num concelho envelhecido como o de Santarém, ainda a energia, a dinâmica, o entusiasmo e a alegria dos idosos que se levantaram das suas cadeiras para o zumba. Referiu que a atividade terminou ao final do dia com um pódio, com os certificados de participação, e disse ter a certeza que no próximo ano serão envolvidos mais idosos e mais jovens. Esta foi a primeira daquelas, que espera sejam muitas, olimpíadas seniores no concelho a bem da saúde, da qualidade de vida e do envelhecimento ativo da população. -----

--- Ainda no âmbito das comemorações do Dia do Idoso não pode deixar de fazer uma referência à abertura de mais um ano letivo da UTIS – Universidade para a Terceira Idade de Santarém, que este ano conta com mais cinquenta inscrições, com uma panóplia imensa de disciplinas para as quais os alunos se podem inscrever e que representa ocupação, qualidade de vida, envelhecimento ativo e flexibilidade e ginástica intelectual para que os idosos do concelho possam continuar a sentir-se úteis e necessários à sociedade. -----

--- Disse ter tido oportunidade de o dizer publicamente mas não quis deixar de o fazer em reunião pública, que nesta sociedade e neste século XXI em que todos têm a consciência de que é importante valorizar e cuidar dos idosos, crê que é também essencial dizer-lhes o quão importante o seu contributo, a sua sabedoria, a sua sábia paciência e o conhecimento que adquiriram ao longo do tempo são relevantes e constituem um pilar desta sociedade. Bem-haja a todos os idosos do concelho e às pessoas que deles continuam a cuidar com amor, com desvelo e com carinho. -----

--- **Senhora Vereadora Inês Barroso** – Referiu que no âmbito da **proteção ambiental** desenvolveu-se no passado dia vinte e dois de outubro uma ação, na Fonte de Santa Marta e na Casa da Matança, em Alcanhões, no âmbito do projeto Reabilitar Troço a Troço. Disse ser sobejamente conhecido de todos que é um projeto que promove a conectividade dos cursos de água, aumenta a resiliência dos recursos hídricos às alterações climáticas e contribui também para travar a perda da biodiversidade. Este projeto assenta na valorização do capital humano, ou seja, no envolvimento local das populações e dos voluntários que vão participando ativamente, quer na realização quer depois na monitorização e acompanhamento da intervenção que é desenvolvida, e que tem vindo a ser construída como projetos de caráter inovador em matéria de ambiente com elevado potencial para replicação em todo o País. -----

--- Salientou que foi neste âmbito que o município de Santarém foi agraciado pela universidade do Minho com o prémio Cidades dois mil e dezasseis. Foi este o projeto que mereceu esse destaque ao Município de Santarém e que neste momento efetivamente está a ter uma enorme divulgação por todo o território nacional, portanto o projeto

Reabilitar Troço a Troço. -----

--- Esta intervenção de Alcanhões iniciou-se no dia vinte e um, sexta-feira, através de uma formação aberta aos municípios de todo o País onde estiveram vários técnicos superiores de Pombal, da Covilhã, de Fafe, do Cadaval, esteve uma investigadora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, entre outros, que durante a sexta-feira com uma formação teórica na Casa do Ambiente foram conhecer os conceitos base desta reabilitação com técnicas de engenharia natural e no sábado, dia vinte e dois, em Alcanhões foram parceiros ativos nas sessões práticas que esta formação e que esta ação teve implícitas. Reforçou o convite para que todos visitem Alcanhões, a Fonte de Santa Marta junto à Casa da Matança, para que conheçam efetivamente a maior intervenção que já foi feita no âmbito do projeto Reabilitar Troço a Troço e que projeta Santarém para um patamar nacional. -----

--- Acrescentou que ainda em dois mil e dezasseis deverá vir a ser feita mais uma intervenção na freguesia de Almoester e já são vários os pedidos de outras juntas de freguesia para dois mil e dezassete para se continuar assim, gradualmente, com as juntas de freguesia e com o envolvimento da população local, envolvimento este que lhe parece ser o fator chave do sucesso de qualquer projeto, para que se dê prossecução aos objetivos do Reabilitar Troço a Troço. -----

--- No âmbito da **educação** dirigiu uma palavra de enorme reconhecimento e de felicitação de todo o executivo municipal, aos seiscentos e um alunos que no passado dia vinte e oito tiveram oportunidade de receber por parte do município o respetivo diploma do quadro de excelência e valor. Sublinhou estar a falar de seiscentos e um alunos que estiveram em representação de oito escolas, não só de agrupamentos de escolas como também de escolas particulares, de escolas profissionais que foram reconhecidos pela excelência relativamente ao seu aproveitamento escolar, portanto com média de cinco nos segundo e terceiro ciclos e média igual ou superior a dezassete e meio no ensino secundário e profissional e setenta e sete alunos também foram reconhecidos pelo quadro de valor, ou seja pela sua conduta exemplar enquanto elementos do concelho que se regem por valores de cidadania que são por si próprios sustentados e difundidos. Dirigiu

um agradecimento ao trabalho que é desenvolvido por todos os estabelecimentos escolares, professores, assistentes operacionais, encarregados de educação, a todos quantos constituem a comunidade educativa de cada um destes estabelecimentos escolares. -----

--- Relativamente à questão que foi colocada sobre Almoester, nomeadamente pelos senhores Vereadores Francisco Madeira Lopes e Ricardo Segurado salientou que a autarquia tem partilhado todas as informações o mais possível. -----

--- Defendeu que tem sido tão pública esta questão, que tem falado aos órgãos de comunicação, fez uma abordagem na Assembleia Municipal, a convite ou a solicitação também da Assembleia de Freguesia de Almoester onde esteve no dia sete em assembleia de freguesia extraordinária apenas para debater este assunto e para dar os esclarecimentos necessários e está obviamente receptiva a fazê-lo tantas ou quantas vezes forem necessárias.-----

--- É óbvio que tem sempre havido alguma interrogação relativamente ao facto de a ampliação da escola estar a ser realizada na EB de Almoester e não na EB de Casal da Charneca ou de Vila Nova do Coito mas tal como tem dito os dados que estiveram na base da opção pela sede de freguesia dizem respeito ao número de alunos matriculados nos estabelecimentos escolares. A dúvida poder-se-á ter levantado porque alguns representantes dos pais de Casal da Charneca referem que há maior taxa de natalidade no local de Casal da Charneca mas o que efetivamente tem esclarecido é que os dados em que assenta a análise do município é sobre o número de alunos matriculados nas escolas e não sobre os censos ou sobre as taxas de natalidade em determinadas localidades e portanto é esse aspeto que se vai continuar a considerar do ponto de vista legal. -----

--- Informou que o concurso para a escola de Almoester está previsto ser lançado na plataforma esta semana. As três ampliações que estão previstas, são ampliações que vão candidatar a fundos comunitários e portanto houve necessidade e urgência de completar todos os dados que a candidatura exigia porque a candidatura tem que ser realizada até hoje. -----

--- Relativamente ao espaço das refeições disse ser efetivamente o espaço polivalente na

ampliação da escola de Almoester que está a ser direcionado para que também sirva de local de refeições. Sublinhou que a Escola do Vale de Santarém tem mais de cem alunos e pese embora façam dois turnos de almoço há sempre a necessidade de servirem mais de cinquenta crianças em simultâneo. Em Almoester neste momento são cerca de quarenta alunos que fazendo dois turnos dá vinte ou vinte e uma crianças em cada um dos turnos e portanto, dará perfeitamente para com dez mesas terem as condições ideais para poderem usufruir da sua refeição ficando ainda muitos metros da sala polivalente para outras utilizações que a escola considere serem fundamentais, como centro de recursos, espaço de recreio nos dias em que as condições climáticas sejam adversas e portanto está-se a falar de um universo de alunos completamente diferente.-----

--- Senhor **Vereador Luís Farinha** – Agradeceu ao senhor Vereador Ricardo Segurado e a toda a bancada do Partido Socialista os elogios que lhe dirigiram e a toda a equipa. Disse ser apenas o rosto da equipa e se não fosse uma equipa empenhada não era possível levar a cabo este trabalho que considera que tem tido resultados visíveis. -----

--- Sublinhou que nos últimos três anos foi feito um trabalho de modernização do festival, que era urgente, toda a gente sentia que tinha que ser levado a cabo, tem-se feito aquilo que é possível e crê que existem efetivamente resultados. -----

--- Na sua opinião este ano abre-se uma janela de oportunidade para o futuro do Festival na medida em que o envolvimento dos municípios incorpora um valor que no passado era trazido pelas Regiões. As Regiões, como é do conhecimento geral, chegaram a ser dezoito, atualmente já não existem regiões, existem entidades regionais que incluem um território muito alargado e que têm dificuldade de escolher uma área para fazer a sua representação e portanto nos últimos anos tem havido dificuldade de, através das regiões, por exemplo, escolher restaurantes e quando o Vereador Ricardo Segurado referiu, por comparação com os anos anteriores, que nem todo o território estava representado, o restaurante que falta, é o do Algarve, Explicou que a entidade regional não deu indicação do restaurante e a organização contactou diretamente um restaurante. O restaurante do Algarve aceitou vir ao Festival, como habitualmente realizou-se uma reunião para sortear os lugares e após o sorteio o restaurante retirou-se do Festival, e como faltavam



quinze dias para a inauguração preencheu-se o espaço mas já não se conseguiu um substituto do Algarve. -----

--- Prosseguiu referindo que este ano através do tema que foi desenhado que foram “Os Sabores do Mar Português” houve o envolvimento direto de nove municípios do litoral, que aceitaram participar com o maior entusiasmo e que introduziram uma dinâmica e uma cor no Festival que de facto já não se via há algum tempo, pois substituíram de algum modo o que as regiões faziam no passado e em cada dia não só vieram assegurar o produto do dia, como trouxeram outros produtos e asseguraram a animação do Festival.

--- Sublinhou que em contraponto com os municípios do litoral convidaram-se os municípios da Lezíria para, também eles, apresentarem os seus produtos, para não serem só os produtos do mar e portanto fez-se o contraponto com os produtos da terra e também ficou agradavelmente surpreendido porque a generalidade dos municípios vieram e em grande medida contribuíram para o enriquecimento do Festival. Uma vez mais o agradecimento em nome da Câmara Municipal pelas referências bondosas que foram feitas em relação ao Festival. -----

--- Em relação ao **Plano Diretor Municipal** disse compreender que a bancada do Partido Socialista queira fazer dos contributos ou de uma ação de contributos um *fait-divers*. Disse estar disponível para discutir em pormenor e no local certo, que é com os técnicos, algumas das questões que foram levantadas. -----

--- No entanto, disse não poder deixar passar duas ou três questões mais relevantes e desde já corrigir porque não corresponde à verdade. -----

--- Sublinhou terem sido realizadas cinco sessões para debater a proposta, uma delas na Ordem dos Engenheiros, e em todas elas se falou com a maior transparência. Disse que, efetivamente há excesso de oferta de construção e nomeadamente fogos em Santarém, não só os que já estão no mercado como os que estão em vias de conclusão e os outros que estão aprovados em urbanizações que estão iniciadas e que não têm espaço no mercado. Referiu que os números de que dispõe apontam para cerca de dez mil fogos e como a população está a decrescer não vê capacidade de absorver essas áreas. -----

--- Explicou que, na verdade, no perímetro urbano da cidade está-se a reduzir cinquenta

por cento da área urbanizável, porque não faz sentido as áreas urbanizáveis existentes. Lembrou que existe uma área urbanizável grande porque havia uma perspectiva de crescimento há vinte anos atrás que não se cumpriu e o Plano Diretor Municipal na altura foi desenhado para essa expectativa e, portanto, neste momento estão-se a corrigir as áreas de expansão que não fazem, de todo, sentido. Sublinhou que a redução de perímetros tem a intenção de travar este processo e dar impulso ao processo de reabilitação. Afirmou que quando se trava a expansão e nomeadamente a construção dispersa está-se a contribuir para o processo de reabilitação, pelo que não aceito a crítica porque lhe parece que é muito objetivo este trabalho em relação a essa matéria.-----

--- Relativamente às atividades económicas, lembrou ter sido organizadas cinco reuniões, duas delas discutindo precisamente esta temática, quer com a ASSIMAGRA - Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins, no norte do concelho, quer na NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém onde também reuniu com os empresários, porque de facto as atividades económicas são centrais para o desenvolvimento. -----

--- Disse estar empenhado na expansão de empresas e a proposta prevê não só legalizar situações que neste momento o Plano Diretor Municipal não permite, como expandir porque isso é fundamental. -----

--- Confirmou que efetivamente não está prevista a programação de equipamentos de forma muito evidente, optando-se por prever compatibilidades e está em regulamento prever compatibilidades para a instalação desses mesmos equipamentos porque não se sabe exatamente quais as necessidades no futuro. -----

--- Em relação à Reserva Ecológica Nacional e à Reserva Agrícola Nacional disse que ainda poderá haver necessidade de ajuste de perímetros na sequência da recolha de contributos que está a decorrer até ao dia de hoje. -----

--- Senhor **Vereador Celso Braz** – Disponibilizou-se para participar em reunião para expor algumas das situações que considera graves. -----

--- A sua preocupação reside no facto de ainda não existir a variante à linha do caminho-de-ferro do norte, a variante à nacional três, a ligação da A um à A treze que são factos

que esperava que neste momento já estivessem plasmadas na proposta.-----

--- Em relação à questão da expansão disse que de facto existe, no que se refere aos terrenos incólumes como a Quinta dos Anjos, a Quinta da Mafarra ou a Quinta do Poço.

--- Em relação às atividades económicas disse que tal como estão marcadas a Olitrem, a Carnes Valinho e outras na área de Alcanede, é possível a expansão, mas se estivessem marcadas como atividades industriais poderiam construir quatro vezes mais, além de futuramente poderem querer candidatar-se a fundos comunitários e se tiverem marcadas como espaços industriais ou de atividades económicas poderiam fazê-lo. Portanto, na sua opinião há uma vantagem clara em estarem delimitadas áreas concretas para espaços de atividades económicas. -----

--- Considerou também que a programação de equipamentos pode ser feita porque há projeções demográficas para o efeito.-----

--- **Senhor Presidente** – No âmbito do PDM - Plano Diretor Municipal referiu que efetivamente durante o corrente mês se têm estado a receber contributos que depois serão analisados e debatidos. -----

--- Sobre o Plano Global de Estabilização das Encostas de Santarém disse que o Tribunal de Contas colocou várias perguntas a que o município já respondeu, aguardando-se agora resposta do referido Tribunal até dez de novembro. Disse ter sido questionado sobre o facto de o protocolo com a IP não estar ainda visado pelo Tribunal de Contas porque é considerado como fonte de financiamento para o processo. -----

--- Sobre as publicações nos órgãos da comunicação social disse que se fez comunicação e publicidade em três. Explicou que o critério tem a ver com a questão da tiragem desses órgãos de comunicação social, sendo geralmente convidadas três entidades para apresentarem orçamento. Acrescentou que, por vezes, é entendido que deverão ser todos convidados, e os dados de dois mil e quinze comprovam que essa quarta entidade algumas outras vezes também é contratada pelo município de Santarém. -----

--- Deu conhecimento das vicissitudes do processo e diligências desenvolvidas no âmbito do processo de recuperação do caminho público na Quinta das Manteigas referindo que foi elaborado novo projeto tendo-se chegado agora ao lançamento da obra.

--- Sobre o Festival Nacional de Gastronomia disse ainda haver muito caminho a percorrer mas acredita que Santarém tem todas as potencialidades para ser uma cidade virada para a gastronomia devendo continuar a criar-se essas sinergias no sentido do Festival Nacional de Gastronomia constituir cada vez mais um êxito. -----

--- Referiu-se à UTIS considerando que este projeto a todos deve encher de orgulho. ----

--- A finalizar salientou que o projeto Requalificar Troço a Troço é um sucesso verificando-se que muitas juntas de freguesia querem que o município faça recuperações em pequenas linhas de água.-----

--- Findo o período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **DIVERSOS** -----

--- De **ARLINDO JESUS COELHO**, residente na Rua do Alecrim, número dezasseis, no lugar de Pé da Pedreira, freguesia de Alcanede, deste município, apresentando pedido de encerramento da exploração de pedreira, denominada de Vale da Maria número dois, sita no local da sua sede. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo** foi prestada a seguinte informação: ----

--- “Com base no previsto pelo artigo trinta e um do Decreto-Lei número duzentos e setenta/dois mil e um de seis de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número trezentos e quarenta/dois mil e sete de doze de outubro, efetuou-se em quatro de agosto de dois mil e dezasseis, vistoria destinada a verificar o previsto no Plano de Pedreira, para efeitos do disposto no artigo quarenta e nove do referido diploma legal (encerramento e recuperação da pedreira). -----

--- Para além do signatário, participaram igualmente na referida vistoria técnicos da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas/Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (ICNF/PNSAC). -----

--- Efetuada a vistoria, concluiu a respetiva comissão que foram cumpridos todos os preceitos legais, tendo a recuperação da exploração respeitado as normas e os procedimentos associados à boa execução da mesma, pelo que se considera que a

- referida exploração reúne condições para se considerar encerrada.-----
- Face ao exposto considera-se que se pode libertar a respetiva caução, de acordo com o disposto no artigo cinquenta e três do Decreto-Lei número duzentos e setenta/dois mil e um, de seis de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número trezentos e quarenta/dois mil e sete, de doze de outubro. -----
- A decisão de encerramento deverá ser proferida em sede de reunião do Executivo Municipal.-----
- Deverá o teor da presente informação ser comunicado à Direção Geral da Energia e Geologia e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas/Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. -----
- O disposto na presente informação técnica só deverá produzir efeito após a cobrança da taxa referida na alínea catorze) da tabela anexa da Portaria número mil e oitenta e três/dois mil e oito, de vinte e quatro de setembro.” -----
- Também, pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte:-----
- “Visto.-----
- Proposta de deliberação camarária de encerramento de pedreira, nos termos do artigo trinta e um do Decreto-Lei número duzentos e setenta/dois mil e um de seis de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número trezentos e quarenta/dois mil e sete, de doze de outubro.-----
- Vistoria realizada em quatro de agosto de dois mil e dezasseis (auto emitido, necessário à deliberação), verificado o previsto no Plano de Pedreira, para efeitos do disposto no artigo quarenta e nove do referido diploma. -----
- Comunicar deliberação (com fundamento na informação técnica), às entidades intervenientes identificadas (possibilitando libertação de caução cativada).” -----
- Ainda, o **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** informou o seguinte:-----
- “Visto.-----

--- Concordo com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo (documento no SPO, com assinatura digital qualificada).-----

--- À consideração do senhor Vereador do urbanismo, o encerramento de pedreira e demais tramitação identificada, carecendo a decisão de deliberação do Executivo Municipal.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o encerramento da exploração de pedreira em causa, em face dos pareceres técnicos emitidos.-----

--- De **MANUEL JOAQUIM JÚNIOR**, residente na Rua Cidade de Santarém, número vinte e cinco, Casais da Charneca, freguesia de Alcanede, deste município, apresentando pedido de legalização de moradia unifamiliar, anexos e muro de vedação, sítios no local da sua residência. – Intervenção inserida em espaço canal rodoviário (desclassificado).--

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte:-----

--- “Refere-se o processo em presença a legalização de moradia unifamiliar, anexos e muro de vedação, com localização na Rua Cidade de Santarém, número vinte e cinco, localidade Casais da Charneca, freguesia de Alcanede.-----

--- No seguimento de informação técnica emitida a trinta de agosto de dois mil e seis, são presentes pareceres emitidos pelos serviços competentes da Divisão de Planeamento e Urbanismo – DPU e Bombeiros Municipais de Santarém – BMS, relativamente à afetação da pretensão em Canal Rodoviário da Rede Viária Proposta no âmbito do Plano Diretor Municipal de Santarém – PDM e, ficha de segurança contra incêndios, respetivamente.-----

--- Dos pareceres referidos consta favorável, condicionado a deliberação do Executivo, conforme informação técnica emitida pela Divisão Planeamento Urbanismo a vinte e oito de Setembro de dois mil e dezasseis e, favorável, emitida pelos Bombeiros Municipais de Santarém a vinte e um de setembro de dois mil e seis.”-----

--- Face ao exposto, a pretensão poderá reunir condições de aceitação mediante deliberação do executivo camarário, nos termos do parecer emitido pela DPU.”-----

--- Ainda, pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo (Ordenamento)**, foi informado

o seguinte:-----

--- “Relativamente ao processo em análise, em resposta ao solicitado pelo Engenheiro José António Sarrau no ponto número três da sua informação técnica, informo o seguinte.-----

--- A pretensão encontra-se totalmente inserida em área de Espaço Canal Rodoviário de uma via proposta no PDM – Plano Diretor Municipal em vigor.-----

--- De acordo com a deliberação e câmara de um de agosto de dois mil e onze, concordou-se com a proposta de anulação de todos os espaços canais de vias previstas no PDM cuja execução, após análise pela ex-DPO, fosse considerada reconhecidamente inviável no quadro de execução do PDM em vigor, ficando este entendimento sempre sujeito a deliberação camarária.-----

--- Assim sendo, da análise da via em questão, tendo por base os trabalhos já desenvolvidos no âmbito da Revisão do PDM, prevê-se a anulação desta via.-----

--- Face ao exposto, considera-se que possa ser anulado o espaço-canal em análise, ficando este entendimento sujeito a deliberação do executivo camarário, tal como mencionado anteriormente.”-----

--- Por último, o **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo** prestou a seguinte informação:-----

--- “**Um** - Proposta de deliberação nos termos preconizados no parecer da arquiteta Dalila Neto (intervenção em espaço canal rodoviário, desclassificado nos termos preconizados em deliberação camarária);-----

--- **Dois** - Seguindo-se o deferimento do projeto de arquitetura, de acordo com informação técnica e nos termos do número um do artigo vinte do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro. O licenciamento final fica condicionado à apresentação e aprovação dos projetos das especialidades constantes no número dezasseis, do anexo I da Portaria número cento e treze/dois mil e quinze, de vinte e dois de abril.”-----

--- Por último pelo **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** foi

informado o seguinte:-----

--- “Visto.-----

--- Concordo com o proposto pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo (documento no SPO, com assinatura digital qualificada).-----

--- À consideração do senhor Vereador do urbanismo, carecendo a decisão - intervenção em espaço canal rodoviário - de deliberação do Executivo Municipal e sequente tramitação de deferimento do projeto de arquitetura, nos termos identificados.” -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a intervenção em causa em espaço canal rodoviário (desclassificado), de acordo com as informações técnicas emitidas. -----

--- **INFORMAÇÕES PRÉVIAS**-----

--- De **ANTÓNIO MANUEL CATARINO ALMEIDA**, residente na Rua da Marinita, número sete – primeiro, Bairro Reis, Torres Vedras, apresentando pedido de informação prévia para construção de uma habitação, no lugar de Rio da Fonte, freguesia de Arneiro das Milhariças, deste município.-----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo** foi informado o seguinte:-----

--- “O requerente procedeu à entrega dos elementos assinalados em falta na ficha de saneamento liminar e pretende obter viabilidade para edificar uma habitação num terreno sito em rio da Fonte – Arneiro das Milhariças. O terreno em causa, com uma área de oitocentos metros quadrados, encontra-se classificada como área urbanizável de baixa densidade – Z um, no perímetro urbano da referida localidade, de acordo com as plantas constituintes do Plano Diretor Municipal - PDM, referenciadas ao portal websig.-----

--- Da análise de referida pretensão, verifica-se que a proposta apresentada se enquadra com as disposições dos artigos cinquenta e cinco e cinquenta e sete do Regulamento do Plano Diretor Municipal e conforme exposto no quadro (constante do processo). -----

--- Assim e face ao acima exposto, sugiro a emissão de decisão favorável ao pedido de viabilidade de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, em rio da Fonte – Arneiro das Milhariças (artigo matricial rústico cento e sessenta da secção F). -----

--- De referir, por último, que esta operação urbanística se encontra, seguidamente,



sujeita ao procedimento de licenciamento (número três do artigo dezasseis do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, decreto-lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua redação atual – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação).” -----

--- Pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi também informado o seguinte: -----

--- “Visto. Considera-se que pode deliberar-se pela indicação ao requerente que a pretensão reúne condições de viabilização, de acordo com informação técnica e nos termos do artigo dezasseis do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro. -----

--- Nota: Com conhecimento à Junta de Freguesia, com deliberação e plantas localização.” -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, informar o requerente de que a sua pretensão é viável, desde que seja dado cumprimento aos pareceres técnicos emitidos. -----

--- De **AQUINO CONSTRUÇÕES, S.A.**, com sede em Vale, número cinquenta, ER trezentos e quarenta e nove, Ourém, apresentando pedido de informação prévia para construção de edifício destinado a comércio/serviços e habitação multifamiliar, na Rua Dr. Teixeira Guedes, número vinte e dois, União das freguesias de Santarém, Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau, nesta cidade. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, prestou a seguinte informação: -----

--- “Na sequência da informação anterior (constante do processo), foram recebidos os pareceres favoráveis, condicionados, por parte da Águas de Santarém - AS e Direção-Geral do Património Cultural – DGPC e, internamente, do Serviço Municipal de Biblioteca e Património Cultural - SMBPC, pelo que em face destes elementos e nada mais existindo a opor, sugiro a emissão de decisão favorável ao pedido de viabilidade de construção de edifício destinado a comércio/serviços e habitação multifamiliar, na Rua Dr. Teixeira Guedes, vinte e dois em Santarém. -----

--- De referir, por último, que esta operação urbanística se encontra sujeita ao

procedimento de licenciamento (número três do artigo dezasseis do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, decreto-lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua redação atual – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação) devendo ser dado cumprimento integral às condições das entidades auscultadas bem como ao teor da informação técnica referenciada no parágrafo anterior.”

--- Pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo** foi informado o seguinte: ----

--- “Concordo. De acordo com informação técnica, considero que pode deliberar-se pela indicação ao requerente que a pretensão reúne condições de viabilização, nas condições expressas e pareceres obtidos, nos termos do número dois do artigo dezasseis do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei cento e trinta e seis/dois mil e catorze de nove de setembro.-----

--- Procedimento consequente: licenciamento. -----

--- Importa referir que relativamente aos benefícios fiscais para construção/materiais em edifícios no Centro Histórico/Área de Reabilitação Urbana, existe possibilidade de redução do IVA para seis por cento de acordo com alínea a) do número um do artigo dezoito; verba dois ponto vinte e três da Lista I anexa ao CIVA. -----

--- O Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF consagra atualmente isenções de Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI para edifícios que venham a ser “reabilitados/reconstruídos”. Com efeito o artigo quarenta e cinco prevê para as obras discriminadas no número três a isenção de pagamento de IMI pelo prazo de dois anos, após a conclusão dos trabalhos.”-----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, informar o requerente de que a sua pretensão é viável, desde que seja dado cumprimento aos pareceres técnicos emitidos. -----

--- **CERTIDÕES E DECLARAÇÕES** -----

--- De **AMÂNDIO DELGADO**, residente na Rua do Casal número oito, no lugar de Xartinho, freguesia de Alcanede, deste município, apresentando pedido de declaração de interesse público municipal relativa a ampliação de exploração avícola tipo dois, sita no lugar de Mosteiros, freguesia da sua residência. -----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi prestada a seguinte informação: ----

--- “Vem o requerente, solicitar a emissão de Declaração de Interesse Público Municipal relativa a uma ampliação de uma exploração avícola tipo dois, situada em Mosteiros, freguesia de Alcanede. -----

--- **Um. Processos existentes:** -----

--- No âmbito do pedido de interesse público municipal na Legalização e Regularização de ampliação duma exploração avícola tipo dois há a referir que no terreno existe um pavilhão construído cujo licenciamento foi efetuado no processo número zero um-mil novecentos e noventa e sete/duzentos e oitenta e quatro, tendo sido emitido o alvará de utilização número mil oitocentos e noventa/dois mil e um para aviário. -----

--- **Dois. Fundamentação do pedido:** -----

--- **a)** A classificação de atividade económica, vulgo CAE atribuída é a de avicultura – CAE 01470. -----

--- **b)** O número de postos de trabalho permanentes é de dois trabalhadores, tendo em vista a sua expansão. -----

--- **c)** Atualmente são cumpridas as legislações em vigor no que respeita, a higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social, sendo alvo de adaptações e modernização de momento, quanto a certificações as mesmas estão previstas ser implementadas. -----

--- **d)** A manutenção da atividade no local onde se encontra assume relevância, pelo serviço prestado aos clientes das povoações próximas. -----

--- **e)** A deslocalização do Estabelecimento de onde está implantado para outro local no concelho ou concelhos vizinhos não faz sentido, pois para além do impacto económico devastador que produziria, pois provocava a perda de clientes e postos de trabalho por encerramento. -----

--- **Três. Adequabilidade da presente pretensão ao Plano Diretor Municipal de Santarém:** -----

--- O presente pedido tem por objeto o processo número zero um-dois mil e dezasseis/vinte e oito de licenciamento do projeto relativo à legalização de ampliação de

aviário, tendo sido liminarmente rejeitado pois o pedido viola normas legais ou regulamentares aplicáveis. A pretensão está inserida em espaço Agroflorestal e na planta de condicionantes insere-se em espaço de indústria extrativa, parcialmente em Reserva Agrícola Nacional – RAN, fora da Reserva Ecológica Nacional – REN e é abrangida pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros – POPNSAC, em área de proteção tipo II, e insere-se ainda parcialmente em zona de perigosidade, definido pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) – Muito Alto Risco e Risco Alto (aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios). -----

--- **Quatro.** Enquadramento com o Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco novembro, alterada pela Lei número vinte e um/dois mil e dezasseis de dezanove de julho, que vem estabelecer, com cariz extraordinário:-----

--- Tendo sido publicado o Decreto-lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de Novembro, que estabelece em cariz extraordinário, uma iniciativa para a criação de um contexto favorável ao investimento, uma vez que dele depende o crescimento económico sustentável.-----

--- Foi assim criado um regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

--- Este regime é aplicável à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública. -----

--- **Cinco. Conclusão:** -----

--- Justificando a referida atribuição, poder-se-á considerar que a exploração avícola assume uma importância socioeconómica de grande relevância para a freguesia onde se insere e conseqüentemente para o concelho, considerando o papel importante da

atividade que a empresa tem, quer no desenvolvimento económico quer ao nível do emprego (direto e indireto) e riqueza acrescida para a região.-----

--- O desenvolvimento desta atividade gerida de uma forma ordenada e equilibrada poderá considerar-se benéfica para o concelho e, por conseguinte, de interesse público para o município, pelo que se considera que a presente pretensão poderá vir a reunir condições de deferimento, mediante o entendimento superior.” -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “De acordo com a informação técnica, propõe-se que se delibere pelo reconhecimento de que a atividade é de interesse público municipal. -----

--- Sujeito a ratificação das Assembleia Municipal.” -----

--- A Câmara deliberou por maioria, com o voto contra da CDU – Coligação Democrática Unitária, considerar de interesse público municipal, remetendo o assunto à Assembleia Municipal nos termos da Lei. -----

--- O senhor **Vereador António Carmo** apresentou a seguinte declaração de voto em nome do PS – Partido Socialista: -----

--- “Votámos a favor porque o que está aqui em causa é o reconhecimento do interesse municipal e não a forma como a legislação que foi criada permite legalizar e materializar incumprimentos que têm vindo a ser feitos ao longo dos anos.” -----

--- De **HENRIVA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LIMITADA**, com sede na Rua das Pedras Negras, número dezasseis, freguesia de Póvoa da Isenta, deste município, solicitando que a câmara se pronuncie sobre o exercício de direito de preferência na alienação do imóvel sito na Travessa da Graça, número cinquenta e quatro, União das freguesias de Santarém, Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau, nesta cidade. -----

--- A **Divisão de Planeamento e Urbanismo** emitiu a seguinte informação: -----

--- “Pretende a empresa requerente alienar um prédio localizado em epígrafe (artigo urbano número quatrocentos e sessenta e cinco, identificado na certidão do teor do registo predial) pelo valor de dez mil euros, solicitando à Autarquia que se pronuncie

sobre o exercício do direito de preferência, nos termos artigo vinte e nove da lei número trinta e um/dois mil e catorze, de trinta de maio. -----

--- Antes de avaliar este pedido, será de referir que o nome desta via foi alterado de “Travessa da Graça” para “Rua Vila de Belmonte”, em face da deliberação camarária de seis de março de mil novecentos e sessenta e oito, tendo-se mantido os respetivos números de polícia. -----

--- Relativamente ao pedido de exercício de direito de preferência, informo que o edifício em causa se encontra localizado em Área Urbana a Preservar – AUP, de acordo com as plantas constituintes do Plano Diretor Municipal de Santarém – PDM, referenciado ao portal websig e abrangido pela Zona Especial de Proteção (Portaria de vinte e nove de outubro de mil novecentos e quarenta e seis, publicada no DG, II Série, número duzentos e oitenta e dois, de quatro de dezembro de mil novecentos e quarenta e seis) Igreja de Santo Agostinho (Graça), compreendendo os túmulos, designadamente os dos fundadores e de Pedro Álvares Cabral (Monumento Nacional - Decreto de dezasseis de junho de mil novecentos e dez, Diário do Governo, número cento e trinta e seis, de vinte e três de junho de mil novecentos e dez), pela Zona Especial de Proteção (Portaria de trinta de agosto de mil novecentos e quarenta e seis, publicada no Diário do Governo, II Série, número duzentos e sessenta e dois, de onze de novembro de mil novecentos e quarenta e seis) da igreja de Santa Maria de Marvila (Monumento Nacional - Decreto número três mil trezentos e dezoito, Diário do Governo, I Série, número cento e quarenta e quatro, de vinte e sete de agosto de mil novecentos e dezassete) e pela Zona Especial de Proteção (Portaria de catorze de janeiro de mil novecentos e quarenta e sete, publicada no DG, II Série, número cinquenta, de três de março de mil novecentos e quarenta e sete) da Torre das Cabaças (Monumento Nacional - Decreto número catorze mil novecentos e oitenta e cinco, Diário do Governo, I Série, número vinte e oito, de três de fevereiro de mil novecentos e vinte oito). Este prédio também se encontra inserido na área do Centro Histórico, em vias de classificação (Anúncio número treze mil setecentos e quarenta e sete/dois mil e doze. Diário da República número duzentos e trinta e um, II Série de vinte e nove de novembro de dois mil e doze) e Área de Reabilitação Urbana -

ARU do Planalto (Aviso número seis mil e noventa e dois/dois mil e treze. Diário da República número oitenta e nove, II Série de nove de maio de dois mil e treze), cabendo à Autarquia a decisão sobre o referido direito de preferência.-----

--- Mais informo que, da área do edifício e apurado o valor de cento e vinte e cinco euros/metro quadrado (dez mil euros/oitenta metros quadrados), se constata que o montante se encontra abaixo dos preços médios de mercado.-----

--- Contudo, face às características acima descritas e à necessidade de execução de (extensas) obras de reabilitação do imóvel, julgo não existir interesse na aquisição deste prédio, pelo que sugiro que a Autarquia não exerça o direito de preferência nesta alienação.-----

--- De referir, por último, que, dada a inserção em diversas zonas de proteção, a requerente deverá também solicitar o exercício do direito de preferência à Direção-Geral do Património Cultural - DGPC.”-----

--- Também, pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte:-----

--- “De acordo com a informação técnica, propõe-se deliberação no sentido de não acionar direito de preferência.-----

--- Sujeito a deliberação.-----

--- Com conhecimento ao requerente do teor da informação.”-----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, não exercer o direito de preferência na alienação do imóvel em causa, de acordo com os pareceres técnicos emitidos. (Atual Rua Vila de Belmonte, números cinco e sete).-----

--- Foi presente a **Informação da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, referente a isenção do pagamento da taxa inerente ao pedido de certidão de número de polícia apresentada em nome de Vitor Manuel Vitor Nunes, do seguinte teor:-----

--- “O requerente esteve hoje no atendimento e verificou que a planta junta pelos serviços é de um prédio que se situa na Rua da Alegria, número dois.-----

--- Em atendimento esclareceu a situação e foi junta a planta correta, com o prédio devidamente assinalado.-----

ATA N.º 24  
Mandato 2013-2017  
Reunião de 31 de outubro de 2016

--- Face aos novos elementos constata-se que o imóvel se situa na Rua de Moçambique, número quarenta, nas Fontainhas, em Santarém, pertencente à extinta freguesia de São Nicolau, e anteriormente designada Rua da Alegria, e atualmente situado na União de Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau. -

--- Está inscrito na matriz predial urbana sob o artigo dois mil setecentos e quatro e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número novecentos e quarenta e dois ao qual corresponde a Licença de utilização número sessenta e cinco, de trinta de setembro de mil novecentos e sessenta e cinco, com o processo zero – mil novecentos e sessenta e quatro/dois mil e onze.-----

--- A alteração de topónimo foi proposta pela União de Freguesias da cidade de Santarém e aprovada em reunião do Executivo de trinta de maio de dois mil e dezasseis, portanto, por motivos não imputáveis aos munícipes. -----

--- Face ao supra referido, propõe-se a emissão da certidão sem custos, remetendo-se o processo a reunião do Executivo Municipal, para ratificar isenção da respetiva taxa.” ----

--- Também, o **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial** informou o seguinte: -----

--- “Visto. -----

--- Concordo com o proposto pela Cordeadora Técnica.-----

--- À consideração do senhor Vereador do urbanismo, a emissão de certidão, nos termos identificados.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de vinte e cinco do corrente mês, que isentou do pagamento da taxa inerente ao pedido de certidão em causa, nos termos do número três do artigo trinta e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -----

--- **LICENCIAMENTOS DIVERSOS** -----

--- Foram presentes os pedidos de licenciamento, a seguir indicados, para ratificação dos despachos do senhor presidente da câmara municipal que isentaram do pagamento de taxas das licenças especial de ruído:-----

--- De **ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO**



**E TECNOLOGIA DE SANTARÉM**, com sede no Complexo Andaluz, nesta cidade, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de arraial da gestão, nos dias doze e treze de outubro, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de seis de outubro de dois mil e dezasseis).-----

--- De **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL TRÊS ALDEIAS**, com sede no lugar de Comeiras de Baixo, União das freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de festas em honra de S. Simão, nos dias vinte e oito de outubro a um de novembro, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de dezoito de outubro de dois mil e dezasseis).-----

--- De **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DO PRADO**, com sede na Rua da Horta, número catorze, no lugar de Prado, freguesia de Alcanede, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de noite de fados, nos dias quinze e dezasseis de outubro, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de seis de outubro de dois mil e dezasseis).-----

--- De **SOCIEDADE RECREATIVA FILARMÓNICA PERNENSE**, com sede na Rua Dr. Manuel Ferreira da Silva, número trinta, na vila e freguesia de Pernes, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de rock da velha, nos dias cinco e seis de novembro, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de três de outubro de dois mil e dezasseis).-----

--- De **SOCIEDADE RECREATIVA OPERÁRIA DO VALE DE SANTARÉM**, com sede na rua alferes aguiar, freguesia de vale de santarém, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de noite de fados, nos dias oito e nove de outubro, no local da sua sede (ratificação do despacho do Sr. Presidente de seis de outubro de dois mil e dezasseis).----

--- De **ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE**

**EDUCAÇÃO DE SANTARÉM**, com sede no complexo andaluz, nesta cidade, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de desfile académico, no dia vinte e seis de outubro, nesta cidade (ratificação do despacho do senhor Presidente de vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os despachos do senhor Presidente, que isentaram do pagamento de taxas referentes às licenças especial de ruído e de funcionamento para realização das diversas atividades, nos dias solicitados, nos termos do número três do artigo trinta e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E DEZASSETE**-----

--- Foram presentes os documentos em epígrafe que aqui se dão por integralmente transcritos, dela fazendo parte integrante (Documento I) e ficando os mesmos arquivados em pasta anexa ao correspondente livro de atas.-----

--- Sobre este assunto verificaram-se as seguintes intervenções: -----

--- **Senhor Presidente** – Começou por definir o orçamento apresentado como realista e de investimento. -----

--- Referiu que, em comparação com o do ano anterior, este orçamento tem uma dotação superior em cerca de dois milhões de euros. Sublinhou que se conseguiu reduzir significativamente a dívida com recurso ao plano de saneamento financeiro aprovado em Assembleia Municipal, sendo um facto indesmentível que atualmente a dívida ronda os sessenta e quatro milhões de euros, tendo sofrido uma redução de cerca de trinta e cinco por cento o que foi importante para a consolidação das nossas contas. -----

--- Referiu que, desde que o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) está em vigor, este é o terceiro orçamento mais baixo e o segundo maior deste mandato e, se o orçamento aumenta dois milhões, o investimento aumenta três milhões relativamente ao orçamento de dois mil e dezasseis. Vinte por cento do orçamento é para investimento e muito deste investimento deve-se à captação de fundos comunitários. ----

--- Sublinhou que o município tem nove vírgula seis milhões de euros para investimento para dois mil e dezassete. -----

--- Destacou a captação de fundos comunitários do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e do Pacto com a CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo sublinhando que se conseguiu a disponibilização de mais de dezoito milhões de euros para Santarém, a concretizar em obras e projetos como o Largo do Convento de Almoester, a recuperação das Igrejas de Santa Iria e São João do Alporão. A este propósito disse que se tem mantido reuniões com a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e com a Diocese para se lançarem os concursos para os projetos. Acrescentou que não terão execução este ano, mas é expectável que ainda se possa deliberar este ano os projetos de recuperação das igrejas de Santa Iria e de São João de Alporão. Salientou também o Centro de Inovação Empresarial de Alcanede que este ano tem dotação concreta assim como algumas escolas.-----

--- Realçou também a Estabilização das Encostas de Santarém, a requalificação do Mercado Municipal. -----

--- Comentou que, eventualmente poderão querer associar as obras que vão ser desenvolvidas ao facto de se tratar de um ano de eleições, todavia há normas que derivam dos fundos comunitários e se houver muita execução nos primeiros seis meses de dois mil e dezassete verificar-se-ão bonificações e majorações para os fundos comunitários. -----

--- A título de exemplo referiu que no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) se houver uma execução até quinze por cento de um projeto nos primeiros seis meses do próximo ano, o município poderá usufruir de mais dez por cento do esse fundo o que representaria mais seiscentos mil euros de Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e, devido ao facto de terem sido lançadas várias obras para o primeiro semestre de dois mil e dezassete, há a possibilidade de ter uma majoração dentro do que é a comparticipação nacional.-----

--- O orçamento aumenta quatro vírgula vinte e oito por cento relativamente ao ano passado e ao nível do investimento aumenta quarenta e quatro vírgula noventa e seis por

cento.-----

--- Sublinhou que em dois anos o município baixou mais de dois milhões de euros em juros e tal facto deve-se à gestão que tem vindo a ser desenvolvida. -----

--- Realçou que se começa a desenhar um caminho para o concelho de Santarém, que é um caminho de investimento, tornando possível começar a lançar os alicerces do futuro de Santarém com especial enfoque no desenvolvimento económico, social, turístico e cultural -----

--- No que se refere ao Programa de Apoio e Financiamento do Associativismo Desportivo recordou ter-se começado com uma verba de cento e vinte e cinco mil euros, no ano passado cento e cinquenta mil euros e este ano a verba proposta é de duzentos mil euros. No apoio cultural passou-se de sessenta mil para oitenta mil euros. Aumentou-se para vinte mil euros o apoio aos dadores de sangue, aumentaram-se os duodécimos às freguesias em cinco por cento e, portanto, este é um orçamento que, também, para as entidades que se relacionam com a Câmara traz novidades positivas.-----

--- O orçamento para dois mil e dezassete mantém a tendência da consolidação financeira e pretende preservar o bom nome da Câmara reconquistados junto dos parceiros, juntas de freguesia, empreiteiros e agentes culturais. É um orçamento realista e de investimento com os olhos colocados num recíproco desenvolvimento contando com o apoio do quadro comunitário. Lembrou que já estão assinados dezoito milhões de euros de fundos comunitários até dois mil e vinte, mas o gabinete de apoio ao investidor, o gabinete de fundos comunitários do município continua a estudar novas perspetivas. --

--- Concluiu manifestando a sua satisfação por apresentar um orçamento realista que permite – finalmente – começar a fazer uma viragem para o investimento. -----

--- Senhor **Vereador Francisco Madeira Lopes** – Proferiu a seguinte intervenção: “Apreciamos aquele que será o último orçamento municipal deste mandato, mas não, infelizmente, o último orçamento da crise de Santarém ou da incapacidade do PSD para fazer reformas, mudanças estruturais, reorganizar serviços, resistir ao outsourcing, investir nas freguesias ou sequer manter limpa a cidade.-----

--- Todos os anos me sinto tentado a repetir as críticas do ano transato, porque a

estagnação, que todos os escalabitanos sentem, em que todos pensam ou falam, é a marca deste mandato.-----

--- O caminho que o nosso Concelho trilha foi e continua a ser difícil porque, independentemente da crise que afetou o Mundo, a Europa, mas muito especialmente Portugal e que, naturalmente, se refletiu em Santarém, e aqui com consequências ainda maiores porque a gestão do Partido Social Democrata desde a sua chegada ao poder no Município conduziu-nos para níveis de endividamento in comportáveis. Isso mesmo nos volta a recordar o Anexo I aos documentos previsionais (página oitenta e quatro) que reflete as dotações iniciais e finais dos orçamentos desde mil novecentos e noventa e nove até ao presente. Em dois mil e nove a dotação inicial do orçamento foi de noventa e nove mil setecentos e noventa e quatro milhões de euros e a final de cento e trinta e dois mil e vinte e cinco milhões.-----

--- Porém, contudo, o que aqui é relevante é que, ao contrário do propalado pelo senhor Presidente da Câmara na apresentação dos documentos, ainda não chegámos ao momento de viragem e muito menos de uma grande viragem.-----

--- A política despesista implementada pelo Partido Social Democrata, sem contrapartida no investimento, mas acima de tudo sem que se tenha refletido no bem-estar das populações do concelho de Santarém, conduziram a um nível de endividamento tão elevado cujos reflexos se farão sentir nas finanças do Município e na vida dos cidadãos do concelho de Santarém, durante mais vinte anos (Anexo II aos documentos previsionais - Cálculo da Amortização Média de Empréstimos de Médio e Longo Prazo – página oitenta e cinco).-----

--- Por isso, os tempos não tendo sido fáceis, continuarão a ser difíceis durante não sabemos quantos anos mais se, entretanto, não se verificar uma alteração radical das políticas e, a proposta de orçamento e de grandes opções do plano evidencia que o Partido Social Democrata não é capaz, mais uma vez, de o fazer.-----

--- Mal se vislumbra uma oportunidade, ainda que minúscula, o investimento em projetos, alguns discutíveis, aparece para fazer notícia. Repetem-se projetos antigos, em novos planos como foi o caso do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

(PEDU). Não, não negamos a necessidade das obras no Mercado Municipal, ou no Alporão ou até mesmo no Largo do Seminário. Mas o concelho não é apenas Santarém.-

--- Sem dúvida que a dívida foi reduzida e felicitamos a maioria do Partido Social Democrata e particularmente o senhor Presidente por ter negociado a redução dos juros da dívida aos Bancos e com ele o serviço da dívida. Mas não podemos esquecer que o serviço da dívida ainda representa vinte e dois vírgula dois por cento. Registámos nos anos anteriores o ter-se desinchado o orçamento municipal artificialmente engordado ao longo de muitos anos e mandatos. Mas isso, para além de ter sido proposto pela Coligação Democrática Unitária e, portanto, não podíamos estar contra, era o mínimo esperado e devido (a renegociação da dívida em momentos de baixa de juros está nos manuais de finanças públicas, é básico), e mal estaríamos se nem isso se fosse capaz de fazer. Contudo, no ano passado a redução dos valores globais do orçamento já não se verificou, tendo o mesmo estabilizado aos níveis do orçamento de dois mil e quinze. Este ano assistimos a uma ligeira subida de cerca de dois milhões. Sinais de fumo eleitorais?

--- A proposta de Orçamento, mas especialmente as grandes Opções do Plano evidenciam que, com exceção dos investimentos a realizar com o recurso aos Fundos Comunitários, a reboque de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) sem estratégia sustentável e focado na sede do concelho, mesmo assim escasso, as receitas municipais continuarão a ser canalizadas para o pagamento da dívida. -----

--- Mesmo alguns projetos anunciados para terem o seu início em dois mil e dezasseis como por exemplo o Núcleo Escolar de Almoester aparece nas Grandes Opções do Plano como “ação não iniciada”. Outros continuam a arrastar-se e a marcar passo, ano após ano, orçamento após orçamento, sempre com verbas redondinhas e pequenininhas, invariavelmente de cinco mil euros, como acontece, por exemplo, na Freguesia de Pernes com o Pavilhão da Escola do Ensino básico dos segundo e terceiro ciclos, o edifício do Mouchão Parque ou o muro junto à estrada nacional que ruiu em dois mil e catorze. -----

--- Algumas receitas apresentadas oferecem-nos dúvidas, nomeadamente as resultantes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com um crescimento de sete vírgula trinta e quatro por cento. No documento apresentado aparece-nos como justificação para o

crescimento as atualizações patrimoniais pelo que se impõe a pergunta: a Câmara Municipal de Santarém está a contar com alguma reavaliação extraordinária já solicitada do património sujeito a Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)?-----

--- Para além do reconhecimento da sua importância e da colaboração que têm dado ao Município, que não podemos deixar igualmente de saudar, não vislumbramos que o orçamento e as grandes opções do plano para dois mil e dezassete traduzam um aumento significativo ou substancial do apoio efetivo ao trabalho desenvolvido pelo movimento associativo, cultural, desportivo e juvenil. -----

--- E muito menos vislumbramos que o aumento do apoio financeiro anual às Juntas de Freguesia acompanhe, essa sim real, transferência de competências. Por esta via sim, os valores aumentam, como não podia deixar de ser, mas também aumentam as responsabilidades das Juntas. As Grandes Opções do Plano, no essencial, o que refletem é o pagamento de obras já realizadas, algumas iniciadas em dois mil e três e dois mil e quatro. -----

--- Não conseguimos entender a justificação dada para o “aumento significativo de cento e nove por cento face a dois mil e dezasseis” resultante de taxas, multas e outras penalidades, tendo presente que ao longo do mandato temos vindo a anular muitas das dívidas resultantes destas por prescrição, não serem devidas, etc. -----

--- Ao longo do mandato sempre o senhor Presidente da Câmara Municipal tem afirmado que o Ministério da Educação não transfere as verbas necessárias para cobrir os custos com a Educação. Depois de muita insistência da Coligação Democrática Unitária, mormente à promessa de forçar o Governo a renegociar ou aceitar de volta as competências ajustadas por protocolo, o Partido Social Democrata refugiou-se na questão das contas, que eram muito difíceis de fazer. Andámos quase dois anos para que essas contas fossem apresentadas. Já este ano ficámos a saber que rondariam os dois milhões. Mais um buraco financeiro (e não só) que Santarém tem a agradecer ao Partido Social Democrata por ter negociado uma transferência de competências tão ruínosa para o Município e que não acrescentou nada de significativo, na melhoria das condições de educação no Concelho de Santarém. -----

--- O documento apresentado refere que: “Neste capítulo, justifica-se, igualmente, a necessidade de efetuar referência às transferências da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP (IGEFE, IP), no âmbito dos protocolos na área da educação pré-escolar, refeições escolares, transportes escolares, atividades de apoio à família, auxiliares de ação educativa, atividades extracurriculares, que representam cerca de dezoito por cento das transferências correntes.” -----

- Será que o Ministério da Educação vai aumentar as transferências de forma a cobrir os custos suportados pelo Município? -----

- Que bens vão ser vendidos e que serviços correntes vão ser prestados para se prever um aumento de cinco por cento face ao ano anterior? -----

--- Continuamos a entender que em relação ao Projeto Global de Estabilização das Encostas de Santarém, o Município assumiu responsabilidades que não deviam ser suas, suportando todos os riscos, como exclusivo dono da obra, de uma obra altamente complexa do ponto de vista técnico e de engenharia e que merecia, clamava por outro nível de comprometimento e envolvimento por parte da Administração Central que não apenas financeiro. O Partido Social Democrata contenta-se com pouco. Não vai à luta, não tem ambição. Mas Santarém e as suas populações querem mais e melhor. O povo quer a tal viragem a sério, que o Partido Social Democrata promete, mas não consegue cumprir. -----

--- Senhor Presidente, a Coligação Democrática Unitária não pode sancionar este orçamento para dois mil e dezassete. A vida é mais do que a dívida. Gerir bem não é só pagar dívida que Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e Plano de Saneamento Financeiro nos obrigam e ao qual Santarém está amarrado. Governar bem a Câmara Municipal de Santarém é muito mais do que um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). A Coligação Democrática Unitária é muito sensível ao argumento do sonho, acreditamos na utopia da cidade do Sol, da construção de um mundo melhor cada vez mais justo, solidário, com igualdade de direitos, deveres e oportunidades, com respeito pelas diferenças e minorias, em que não seja o dinheiro, ou a ganância, ou a



tiranía e a corrupção a exercer o seu magistério. E, portanto, achamos muito bem que Santarém aspire a ser o concelho melhor gerido do país. Não vemos é que o Partido Social Democrata tenha dado as provas que se impunha nessa matéria, de que este orçamento é mais uma demonstração clara. A viragem é de disco. E o lado B toca o mesmo...”-----

--- Senhor **Vereador Ricardo Segurado** – Começou por afirmar que se não tivesse participado nas reuniões de Câmara ao longo dos últimos três anos e lendo pela primeira vez a proposta do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dezassete e, sabendo, minimamente alguma coisa de política, seria tentado a dizer que se trata de um orçamento para um ano eleitoral. -----

--- No entanto – prosseguiu – o facto de ter estado presente nas reuniões, juntamente com o Vereador António Carmo, ao longo destes três últimos anos, a que se juntaram, por um conjunto de situações o Vereador Celso Brás e o Vereador Sérgio Cardoso, levou-o a fazer uma outra apreciação a este orçamento até porque esta é, quase de certeza, a sua última apreciação ao orçamento do Executivo Municipal uma vez que não tem intenção de continuar para o próximo mandato, o que o leva a tecer algumas considerações sobre o que foram os três anos passados e o novo orçamento em apreciação, sublinhando que, eventualmente e contrariamente àquela que foi a manifestação de vontade de muitos, foi bom para esta cidade não haver uma maioria absoluta.-----

--- No seu entender, o facto de o Partido Social Democrata ter ficado a poucos votos de uma maioria absoluta, levou a que houvesse da parte da oposição, Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária, uma capacidade de intervenção que não foi possível em mandatos anteriores permitindo que fossem sendo aprovados orçamentos entre os anos dois mil e nove e dois mil e treze que levaram a Câmara Municipal a atingir dívidas na ordem dos cem milhões de euros.-----

--- Disse ter dúvidas sobre se seria possível, com uma maioria absoluta do Partido Social Democrata, no mandato dois mil e treze/dois mil e dezassete haver o rigor, a redução de dívida e a redução de prazos médios que existiu. A este propósito sublinhou que a situação financeira no ano dois mil e dezasseis, numa preparação para o orçamento para

dois mil e dezassete, está bastante melhor do que a que se encontrou no primeiro orçamento que apreciou. Acrescentou que o facto de se ter um orçamento de valor mais baixo também resulta das exigências da Lei.-----

--- Continuou, referindo que o senhor Presidente aproveitou a capacidade que o Governo colocou no Orçamento do Estado, para reduzir a taxa que os munícipes de Santarém terão que pagar por via do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com o que concorda, acrescentando que, na sua opinião, o controlo rigoroso, as discussões verificadas ao nível de orçamento da Câmara Municipal de Santarém, ao nível das empresas municipais, ao nível da prestação de contas, ao nível do acompanhamento do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), por parte de uma oposição atenta, assertiva e participativa, contribuiu de forma decisiva para este resultado.-----

--- Referiu que, efetivamente nunca apresentaram propostas porque não estão todos os dias em contacto com a realidade da autarquia, não estão em contacto com os funcionários da autarquia, não dispõem dos elementos determinantes para construir um orçamento. Na sua opinião é impossível uma oposição ter a capacidade de construção de um orçamento porque apenas é confrontado com os dados quando é chamada a participar na reunião que o senhor Presidente tem realizado, ao longo deste mandato no exercício do direito de oposição.-----

--- Prosseguiu, sublinhando que este é o último orçamento deste mandato dois mil e treze/dois mil e dezassete, e quase diria que este é um orçamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e o senhor Presidente assume-o. A questão é se o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) é fundamental e determinante para o desenvolvimento do concelho e se é de facto o conjunto de investimentos, de desenvolvimento, de crescimento e de criação de postos de trabalho que o concelho de Santarém necessitaria. -----

--- Referiu que foi muito crítico quando o documento foi discutido numa reunião de Câmara porque há matérias que estão previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) para as quais não vê qualquer mais-valia para o desenvolvimento do concelho. -----

--- A título de exemplo disse não conseguir ver a necessidade de intervenção na avenida da feira, assim como não consegue perceber a necessidade de intervenção no cimo da estrada nacional número três, sendo certo que, por outro lado, todas aquelas barreiras e as ruas adjacentes, necessitariam de uma intervenção. -----

--- Referiu que queria um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que tivesse em conta as vantagens que poderia implicar um investimento nas antigas instalações dos Bombeiros Voluntários de Santarém, assim como em todo o centro histórico. A capacidade de inovar e de renovar o Centro Histórico traria a renovação do concelho, porque, atrairia novas pessoas, novos munícipes, novos negócios, poderia gerar receitas para a autarquia-----.

--- Existem outros meios alternativos pela potenciação da atividade comercial e aí terá que inovar, podendo apresentar na discussão do orçamento da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA proposta de isenção de pagamento de contador a novos investimentos. -----

--- Sublinhou que a mais valia de juros que contribui muito para a redução ao nível da despesa deste orçamento e que também já havia contribuído para a redução da despesa do orçamento de dois mil e dezasseis, não resulta apenas de uma eventual boa gestão do executivo. Resulta de um conjunto de fatores, inclusive da atividade bancária que está a recuperar desde há dois anos a esta parte, portanto também contribui a possibilidade de negociação bancária.-----

--- Em termos de investimento para o próximo ano há, nitidamente, uma tónica no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), ao nível das vias rodoviárias. -----

--- Salientou um conjunto de investimentos que já estavam previstos no orçamento para dois mil e dezasseis ao nível do Plano Global de Estabilização das Encostas de Santarém e que não se concretizaram mas para o próximo ano, de forma clara, já haverá despesa neste âmbito. -----

--- Salientou ainda, a recuperação nestes três últimos anos, ao nível do apoio ao associativismo, apoio ao jovem, ao apoio cultural, ao apoio desportivo, de cerca de seiscentos mil euros mas disse querer um município que apostasse ainda mais nestas

vertentes. Disse querer um município que tivesse uma saúde financeira que investisse nestas vertentes desportivas, culturais e no associativismo, um milhão/milhão e meio, porque isso sim era estar a investir nas pessoas. Isso, sim era estar a investir no município e nos escalabitanos, afirmou. -----

--- Desejou que o próximo Executivo não se depare com a situação financeira com que o atual Executivo se deparou. -----

--- A finalizar saudou o trabalho desenvolvido pelo Diretor do Departamento de Administração e Finanças e de todos os seus colaboradores, salientando a qualidade dos diferentes orçamentos e documentos que foram sendo apresentados, não tenho a menor dúvida de que não foi por incapacidade de quem os produz ao nível técnico que as apreciações do PS – Partido Socialista foram sendo negativas ao longo destes anos. -----

--- **Senhor Presidente** – Respondendo ao senhor Vereador Francisco Madeira Lopes disse que, relativamente ao ano passado, existe cerca de menos cento e cinquenta mil euros de previsões para outsourcing, considerando que os dados referidos pelo senhor Vereador não estão corretos. -----

--- No âmbito da limpeza disse ter sido lançado novo concurso que, entretanto já foi adjudicado, prevendo-se que no início do próximo mês, haja uma empresa a fazer a recolha, lavagem e colocação de contentores em dez freguesias. Os serviços camarários que estão, neste momento, a fazer esse trabalho nas dezoito freguesias vão passar a fazer só em oito, resultando numa maior eficiência dos serviços de higiene e limpeza. -----

--- Sublinhou ter havido muito investimento nos últimos dez anos. -----

--- Lembrou que se se tirasse a compra da Escola Prática de Cavalaria, que se está renegociar, a dívida de Santarém, hoje, seria no valor de quarenta e oito vírgula três milhões de euros. -----

--- Referiu que existem princípios de gestão que foram concretizados com muito rigor bastando ler os relatórios que os técnicos oficiais de contas e Tribunal de Contas elaboram comparando com outros dos municípios. De acordo com os dados existentes, no ano passado ressaltou em algumas das análises, a gestão e a evolução positiva do município, mesmo com chamadas de rodapé para essa evolução. -----

--- Relativamente à questão da baixa das taxas de juro, relatou os esforços que desenvolveu nesse sentido, quer junto do Governo, quer através da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses onde tem assento como vice-presidente da bancada.

--- Disse que existe investimento além dos fundos comunitários mas, efetivamente, a maior parte dos investimentos é com fundos comunitários. -----

--- Sublinhou que o município tem que se candidatar àquilo que existe e o município podia não se ter candidatado ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), mas a premissa era ou candidata-se e realiza várias obras ou não. -----

--- Disse que também existe investimento previsto para as freguesias, além de se ter aumentado a percentagem de duodécimos a transferir para as juntas que, por sua vez, também podem investir, ou seja, há a possibilidade de investir no concelho, tem é que ser investimento regrado. -----

--- Referiu que as receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) têm vindo a aumentar não só devido às atualizações, mas pela cobrança que se tornou mais eficiente.

--- Referiu ter sido detetado que a autoridade tributária quando havia juros cobrados no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) ou no Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) considerava esses juros como sendo seus e, agora, vai ter que devolver aos municípios uma parte dessas verbas. -----

--- Disse também se ter reforçado o apoio ao movimento associativo. -----

--- Lembrou que os orçamentos são dinâmicos, podendo sofrer revisões e alterações, podendo vir a reforçar-se rubricas. Referiu ser preferível ser-se consciente e deliberar apoios que se sabe quando e como se vão pagar. -----

--- No que se refere à transferência de competências no âmbito da educação disse não ter sido positiva para o município de Santarém, mas acredita no princípio da subsidiariedade, e quem está mais próximo poderá resolver melhor. Disse estar a ser preparado um pacote de delegação de competências nos municípios acreditando numas e tendo algumas dúvidas relativamente a outras. -----

--- Considerou importante que os municípios estejam preparados para a delegação de competências, devendo ser uma delegação de competências em que se verifique um

diálogo permanente. -----

--- Referiu que a execução dos fundos comunitários no próximo ano será feita pelos municípios. -----

--- Em relação ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), disse que o município se tem que candidatar àquilo que é possível, estando a estudar outras possibilidades, designadamente a veículos elétricos. -----

--- Sobre a questão do Plano Global de Estabilização das Encostas de Santarém referiu que efetivamente o município está a assumir os riscos, pois é uma obra que será muito complicada, é uma obra que terá muita arqueologia, é uma obra que nalgumas zonas, do ponto de vista da segurança, pode ter alguns problemas, mas na sua opinião o município de Santarém tinha que o fazer. -----

--- Declarou que os cinco milhões de euros foram fundamentais, não podendo ser desperdiçados. Referiu que, efetivamente, a estrada nacional número cento e catorze não é municipal, a linha de caminho-de-ferro também não, os terrenos não são municipais, mas está no território do Município sendo necessário avançar com a obra. -----

--- Referiu que do ponto de vista do investimento privado, em algumas áreas, também vão acontecer coisas importantes em Santarém. Acrescentou que não é só o novo investimento que é bom porque existem empresas que são muito estruturadas, que exportam quase cem por cento e é preciso dar-lhes condições para que possam continuar a crescer e a dinamizar o concelho. -----

--- Declarou que este orçamento é realista, de viragem para o investimento, todavia é preciso ser criterioso relativamente ao investimento e não correr o risco de cair, novamente, no desequilíbrio financeiro. -----

--- Respondendo ao senhor Vereador Ricardo Segurado referiu que não é um orçamento eleitoral porque corresponde à realidade. Disse que todos os autarcas estão a ser pressionados para que haja muita execução no próximo ano, acrescentando que embora possa dar azo a leituras nacionais políticas, ninguém iria perceber que este executivo pudesse desperdiçar alguns milhares de euros por não ter tido mais execução e ter poupado algum dinheiro do seu orçamento próprio. -----

--- Recordou que não obteve maioria absoluta por dois votos, mas foi esse o resultado e, logo de início, demonstrou que estaria disponível para trabalhar com a oposição. Referiu que desconhecia algumas situações mas desde que é Presidente da Câmara Municipal de Santarém pode-se ver a trajetória descendente da dívida. -----

--- Sublinhou que o Município de Santarém conseguiu atingir objetivos mais rapidamente que outros. No que se refere à renegociação da dívida confirmou que a Lei o permitiu mas existem muitos municípios que fizeram este tipo de negociação e não o conseguiram as taxas de juro que Santarém conseguiu o que demonstra a confiança que existe no Executivo e no município. Referiu que, recorrendo a duas entidades que analisam todos os anos as contas, se pode ver nos respetivos relatórios que há muitos municípios que recorreram ao saneamento financeiro e continuam a aumentar a dívida e a aumentar prazos médios de pagamento. -----

--- Disse ser sua intenção continuar a diminuir o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) porque os munícipes têm que ter e reconhecer o retorno e é nestes impostos municipais que o sentem mais facilmente. -----

--- Sobre a questão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) referiu que Santarém teve que se candidatar. Disse que as prioridades de investimento estavam identificadas e os municípios puderam escolher entre os projetos “A”, “B” ou “C”. -----

--- Depois de analisar essas prioridades concluiu que, uma vez que Santarém tem muito património classificado e havendo a prioridade de investir no património cultural, optou-se por esta. Os fundos foram muito direcionados. A escolha não foi como era dantes, mudou o paradigma e espera, que na reprogramação para dois mil e dezoito, haja a possibilidade de ver concretizadas algumas situações, nomeadamente nas áreas do desporto, ação social e saúde. -----

--- Referiu que o investimento destinado à área da saúde foi esgotado no orçamento para a recuperação do Hospital Distrital de Santarém, nomeadamente do bloco operatório, não havendo mais dinheiro para a área da saúde para Santarém. A este propósito disse estar prevista a recuperação da extensão de saúde de Abrã que se irá inaugurar no dia vinte e cinco de novembro, e vão-se iniciar obras no centro de saúde de Alcanhões.-----

--- Explicou que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) estava direcionado para áreas urbanas. -----

--- Referiu que depois de concluído o PDM - Plano Diretor Municipal será necessário definir Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) dentro de algumas freguesias que têm a possibilidade de as ter.-----

--- Considerou que muito do que o senhor Vereador Ricardo Segurado disse, a propósito do Centro Histórico está vertido no PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. -----

--- Salientou que oitenta e cinco por cento do que é o Centro Histórico é privado e o programa “reabilitar para arrendar” irá permitir que os privados possam, também, de uma maneira clara e objetiva, começar a recuperar o Centro Histórico. -----

--- O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) tem vários investimentos dentro da área do Centro Histórico, ou seja, os quinze por cento do município são contemplados, tendo o município apresentado candidaturas, designadamente o Largo do Seminário, o Largo do Infante Santo, o Largo de Alcáçovas, diversas ruas da cidade. ----

--- Salientou que o município dispõe de quinhentos mil euros para acessibilidades no Centro Histórico, mudar passeios e ir ao encontro do Plano Local de Promoção da Acessibilidade de Santarém (RAMPA). Há uma continuidade de projetos que serão concretizados, como a Incubadora d’Artes, o Mercado, a Casa do Relojoeiro, o São João do Alporão, Escola Prática de Cavalaria. Espera também que os privados comecem a investir, havendo já alguns pedidos de informação prévia. Disse ainda que há muitas pessoas a comprar imóveis no Centro Histórico para reabilitar. Referiu que atualmente há uma série de benefícios fiscais que permitem que, cumulativamente, com as isenções de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), seja atrativo investir no Centro Histórico. Sublinhou que algumas entidades conseguem taxas de zero por cento de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) por recuperarem edifícios no Centro Histórico e, hoje, já existem alguns empresários de Santarém e outros que estão a trabalhar em Santarém que perceberam isso e que estão nesse caminho. -----

--- Declarou que, efetivamente, nos últimos três anos, não houve muito investimento,



porque a Câmara não tinha possibilidade de o fazer. Quando se recorreu ao plano de saneamento, um dos objetivos era baixar impostos municipais designadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que, com esta trajetória, espera, dentro de dois anos, ter a possibilidade de conseguir baixar. Outro grande objetivo era conseguir candidatar-se aos fundos comunitários e se o município de Santarém não tivesse feito um grande esforço no sentido de baixar a dívida e renegociar para ter essa capacidade que hoje faz com que hoje se apresente um orçamento que é realista, mas ao mesmo tempo é um orçamento de viragem. -----

--- Sublinhou que enquanto o País não arrancar do ponto de vista do investimento não será Santarém que o vai fazer, mas está confiante que o irá conseguir, porque nunca desistirá do sonho de Santarém e irá alcançar os objetivos a que se propôs. -----

--- Seguidamente apresentou o **mapa de pessoal**, salientando que o município tem setecentos e quarenta e oito lugares que estão efetivamente ocupados sendo duzentos e trinta e oito afetos aos agrupamentos de escolas. Disse estar previsto recrutar mais sete assistentes operacionais para colmatar as necessidades de pessoal nos agrupamentos de escolas, referindo haver necessidade de mais pessoal, mas existem regras que não é possível ultrapassar. Referiu que a senhora Vereadora Inês Barroso e o Dr. Alfredo Amante, conjuntamente com os diretores das escolas têm deslocalizado algum pessoal de escola para escola para colmatarem as faltas. -----

--- Sublinhou que nos últimos cinco anos houve uma redução de treze por cento no pessoal, o que é muito significativo. -----

--- Após mais alguma troca de impressões o senhor Presidente submeteu o assunto a votação tendo o Executivo Municipal deliberado, por maioria, com quatro votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores Susana Pita Soares, Luís Farinha e Inês Barroso e com cinco abstenções dos senhores Vereadores António Carmo, Ricardo Segurado, Celso Braz, Sérgio Cardoso e Francisco Madeira Lopes, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e dezassete, aprovando ainda a proposta de empréstimos de curto prazo a contrair durante o período de vigência do orçamento e a proposta de autorização prévia

para assunção de compromissos plurianuais durante o mesmo período. -----

--- Mais foi deliberado enviar os documentos agora aprovados à Direcção-Geral das Autarquias Locais para cumprimento do estabelecido na alínea b), do número um, do artigo décimo da Lei quarenta e três/dois mil e doze, de vinte e oito de agosto, tendo ainda sido deliberado remeter, posteriormente, o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -

--- **AVALIAÇÕES DO PATRIMÓNIO MÓVEL DO MUNICÍPIO - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS VALORES CONSTANTES DOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO/GRANDES REPARAÇÕES NÚMEROS ONZE A CATORZE** -----

--- Foi presente a informação número sete mil oitocentos e trinta e seis, de catorze do corrente mês, da **Secção de Património**, do seguinte teor: -----

--- “Junto se envia a V. Ex.<sup>a</sup> relatórios de avaliação números onze ao catorze, referentes à reparação e avaliação de bens móveis, que foram alvo de análise por parte da Comissão de Avaliação do Património Móvel do Município – CAPMM, nomeada para o efeito na reunião do Executivo em vinte e quatro de outubro de dois mil e onze, a fim de serem submetidos os valores constantes nos mesmos à aprovação e conhecimento da Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os valores constantes dos relatórios de Avaliação/Grandes Reparações números onze a catorze, da Comissão de Avaliação do Património Móvel do Município - CAPMM, que aqui se dão por reproduzidos (Documentos II a V), ficando cópias anexas à presente ata, dela fazendo parte integrante.

--- **ASSEMBLEIA DE CONDÓMINOS - PRACETA DEFENSORES DA PÁTRIA, NÚMERO TRÊS, SANTARÉM - ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA QUOTA** -----

--- Foi presente a informação número sete mil e noventa e seis, de trinta do mês findo, da **Divisão de Ação Social e Saúde**, que a seguir se transcreve: -----

--- “No passado dia vinte e nove de setembro realizou-se pelas dezoito horas a Assembleia de Condóminos do número três – Praceta Defensores da Pátria, no qual a

Câmara detém uma fração. -----  
--- Dos vários assuntos abordados na reunião saliento: -----  
--- Um. Aprovou-se o orçamento para o ano de dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete o qual tem um crescimento no valor das despesas e das quotas mensais. -----  
--- Dois. Assim o valor da quota com início em outubro passa de dezoito euros para dezoito euros e oitenta e sete cêntimos. -----  
--- Face ao exposto propõe-se que se dê conhecimento ao Executivo Municipal da alteração do valor das quotas, e se solicite a sua cabimentação. -----  
--- Todas estas deliberações encontram-se discriminadas em ata a qual oportunamente nos será enviada.” -----  
--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o valor da alteração de quotas para dezoito euros e oitenta e oito cêntimos, autorizando o respetivo pagamento. -----  
--- **PLANO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO E TARIFÁRIO PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE DA A.S. - EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM - EM, SA** -----  
--- Foi presente o ofício número C16000760, de vinte do corrente mês, da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA, remetendo para aprovação do Executivo, nos termos do artigo vinte e cinco dos Estatutos da Empresa, o Plano de Atividades, o Orçamento e o Tarifário para dois mil e dezassete, aprovado em reunião do Conselho de Administração. -----  
--- Solicita igualmente certidão da ata da reunião de Câmara referente à apreciação dos documentos em causa e isenção do pagamento da respetiva taxa nos termos do Regulamento Geral e Tabela de Taxas do Município de Santarém, em vigor. -----  
--- A senhora Presidente em exercício deu a palavra à senhora **Administradora Executiva da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA, Dra. Teresa Ferreira**, que procedeu à apresentação dos documentos referindo que este orçamento assenta basicamente numa estabilização ao nível de clientes de água e das vendas na ordem dos oito milhões de euros. -----  
--- No saneamento concluíram as intervenções, encontrando-se todos os sistemas ativos.

Existem equipas nas freguesias para ajudar as pessoas nos processos de ligação esperando no próximo ano mais cerca de quinhentos e cinquenta novos clientes, no mínimo, em termos de saneamento. -----

--- Relativamente ao investimento referiu que o orçamento prevê dois milhões de euros para remodelação de redes de água, esperando que se intervenha no mínimo em dois quilómetros de rede de água e que este nível de intervenção se mantenha para os próximos anos porque é necessário efetivamente cuidar da rede de água. Disse estarem também previstos investimentos no montante de dez milhões e meio de euros que incidem sobretudo na remodelação da Estação de Tratamento de Águas de Santarém e na reabilitação da Estação Elevatória da Ribeira de Santarém mas que só avançarão se efetivamente se conseguirem apoios comunitários para essas empreitadas. -----

--- Relativamente ao tarifário disse estar prevista uma atualização de tarifas consubstanciada na taxa de inflação prevista para dois mil e dezassete pelo Banco de Portugal, que se cifra em um vírgula quatro por cento. Disse ter sido feito um estudo que concluiu que esta atualização não terá um significado muito expressivo nas faturas a pagar pelos consumidores, prevendo-se aumentos mensais inferiores a trinta cêntimos em termos de uma família com um consumo médio de doze metros cúbicos o que se pode considerar perfeitamente comportável. -----

--- Referiu que se mantém a disponibilização de tarifários para famílias numerosas e tarifários sociais. A este propósito disse saber que é introduzida pela primeira vez na proposta de orçamento do Estado a questão do tarifário social para a água, algo que esta empresa já tem há vários anos e com um formato mais benéfico para as famílias do que aquele que consta da proposta de orçamento do Estado usufruindo do tarifário social neste momento trezentas e cinquenta famílias. -----

--- Sobre este assunto o **senhor Vereador Ricardo Segurado** começou por referir que o aumento de um vírgula quatro por cento é equivalente ao valor da inflação para o próximo ano correspondendo a um parâmetro normal de aumento de prestação de serviço. Acrescentou que seria desejável, e acredita que quem está na gestão concorda, que não houvesse este aumento mas compreende a necessidade do crescimento do

tarifário acompanhando o valor da inflação. -----

--- Considerou fundamental a aposta em dois mil e dezassete ser na reabilitação das infraestruturas existente, tendo em conta a necessidade de conservação dos equipamentos existentes. -----

--- Disse ser com alguma expectativa que irá acompanhar dois dos objetivos fundamentais para o ano de dois mil e dezassete, relativos ao aumento de clientes e novos contadores, desejando que estes objetivos que são comuns possam ser atingidos. -

--- Manifestou a sua satisfação relativamente ao tarifário social em vigor na empresa. ---

--- Lamentou que o prazo médio de pagamento seja de setenta e um dias, considerando-o elevado apesar dos pagamentos que demoram mais tempo a serem efetuados serem referentes a despesas mais estruturantes, não havendo afetação do pagamento ao pequeno empresário.-----

--- Concluiu desejando que este orçamento possa ser executado de modo a beneficiar os Scalabitanos.-----

--- **O senhor Vereador Francisco Madeira Lopes** declarou que o orçamento apresentado não lhe merece censura embora haja questões pontuais de desacordo em relação à gestão ou às opções ou ao modo como a empresa por vezes funciona e sempre que há problemas não se tem coibido de os trazer à reunião de Câmara. -----

--- Em relação aos documentos previsionais e orçamento disse nada ter a criticar no que diz respeito às previsões de investimento, embora como é óbvio desejasse que os preços do tarifário não fossem aumentados mas é difícil argumentar contra um aumento que segue apenas a questão da inflação e imposições de outras entidades como a ERSAR. ---

--- Chamou a atenção para a visita às Estações de Tratamento que ainda não se verificou e transmitiu uma preocupação de alguns municípios que tem a ver com a frequência das leituras que por vezes não são muito regulares, o que leva a um aumento de escalão nalguns casos. -----

--- Face às questões colocadas pelos senhores Vereadores, a senhora Presidente em exercício deu novamente a palavra à **senhora Administradora Executiva** da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA, Dra. Teresa Ferreira, que confirmou que os

prazos de pagamento para os empreiteiros de grandes obras atinge os setenta e um dias. Esclareceu que nos concursos, nos cadernos de encargos respetivos, é normalmente colocado um prazo de pagamento de sessenta dias, o que leva a este prazo de setenta e um dias, todavia os pequenos fornecedores recebem quase passado uma semana. -----

--- Referiu que irá diligenciar no sentido de marcar a visita aos novos equipamentos da Águas de Santarém. -----

--- Assegurou que as leituras são feitas de dois em dois meses a todos os clientes. No que se refere aos clientes com leituras iguais ou superiores a duzentos metros cúbicos são feitas mensalmente. Explicou que estes prazos só não são cumpridos quando não se tem acesso ao contador durante o período normal de trabalho. -----

--- A Câmara, após mais alguma troca de impressões, deliberou, por maioria, com três votos favoráveis dos senhores Presidente em exercício e Vereadores Luís Farinha e Inês Barroso e cinco abstenções dos senhores Vereadores António Carmo, Ricardo Segurado, Celso Braz, Sérgio Cardoso e Francisco Madeira Lopes, aprovar o Plano de Atividades, Orçamento e Tarifário da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA. para dois mil e dezassete. -----

--- Mais foi deliberado emitir a certidão solicitada isentando a empresa do pagamento da respetiva taxa, nos termos do Regulamento Geral e Tabela de Taxas do Município de Santarém, em vigor. -----

--- Foi ainda deliberado remeter os documentos à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

--- Não participou na apreciação e votação deste assunto, o senhor Presidente, por ser Presidente do Conselho de Administração das A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA. -----

--- O Plano de Atividades, Orçamento e Tarifário da A.S. - Empresa Águas de Santarém - EM, SA. para dois mil e dezassete, dá-se aqui por reproduzido, ficando cópia anexa à presente ata (documento VI), dela fazendo parte integrante. -----

--- **VIVER SANTARÉM – DESPORTO E LAZER, EM, SA - INSTRUMENTOS PREVISIONAIS E CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E**

**DEZASSETE. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE NA ASSEMBLEIA GERAL DA EMPRESA.** -----

--- Foi presente o ofício número quarenta, de vinte e cinco do corrente mês da empresa **Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA** do seguinte teor: -----

--- “Vem a VIVER Santarém, EM, SA, apresentar ao Município de Santarém os Instrumentos Previsionais e Contrato Programa para o ano de dois mil e dezassete. -----

--- Assim, solicita-se que o órgão executivo da Câmara Municipal de Santarém designe o seu representante na Assembleia Geral da Viver Santarém, EM SA, para apreciação e votação dos documentos, bem como se solicita que seja emitida a respetiva certidão de ata, isentando este ato administrativo, de acordo com a alínea c) do número um do artigo vinte e um, conjugado com o artigo vinte e um A, do Regulamento Geral de Taxas do Município de Santarém, logo que o referido documento seja aprovado em reunião de Executivo Municipal.” -----

--- Sobre este assunto, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

--- **Senhor Vereador Ricardo Segurado** – Começou por recordar que no início deste mandato o estado em que a empresa municipal Viver Santarém se encontrava não era minimamente conducente com uma empresa municipal, que não se quer como uma entidade que dê forçosamente lucros mas quer-se como uma entidade que saiba gerir o dinheiro público. -----

--- Declarou que os resultados que a empresa municipal apresenta no ano de dois mil e dezasseis e que apresenta em termos de orçamento para dois mil e dezassete devem deixar a Dra. Cristina Santos orgulhosa enquanto diretora financeira da empresa, pelo trabalho desenvolvido. -----

--- Lembrou ter-se verificado um fator extremamente negativo que foi talvez das medidas piores que se tiveram que tomar que foi o processo de despedimentos que teve que ser feito na empresa e por isso é bom verificar que, entretanto, foi possível aumentar o número de utilizadores e que do ponto de vista da gestão há um aumento de bilheteira de dois mil e catorze para dois mil e quinze e de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis. Considerou também positivo, enquanto oposição verificar que o contrato entre

a Câmara Municipal de Santarém e a empresa para o próximo ano será de cerca de duzentos e oitenta e dois mil euros e que o subsídio da Câmara Municipal de Santarém pela utilização de serviços é de cerca de duzentos e quarenta e oito mil euros. -----

--- Felicitou os responsáveis e desejou que o ano de dois mil e dezassete seja extremamente positivo, e que em dois mil e dezoito a participação da Câmara Municipal de Santarém para a empresa possa ser ainda menor, porque de facto não tendo a empresa que visar o lucro é bom que a prestação de serviços e a relação entre a Câmara Municipal de Santarém e a empresa seja no menor valor possível o que constituirá um fator mais positivo para os munícipes e para a própria empresa. -----

--- **Senhor Vereador Francisco Madeira Lopes** – Sublinhou que a CDU – Coligação Democrática Unitária sempre foi contra a empresa e defendeu a sua extinção. Declarou que a CDU – Coligação Democrática Unitária mantém esta posição porque não estão convencidos, não acreditam que a gestão privada seja sempre melhor do que a pública nos domínios em que ela possa ser exercida, todavia o documento apresentado não lhe merece censura. -----

--- Recordou que a previsão da CDU – Coligação Democrática Unitária era bastante negativa acreditando em determinada que aquele processo doloroso de despedimentos pudesse ser a antecâmara do fim da empresa. Todavia reconhece que a empresa, embora com o sacrifício e a amputação de uma parte importante e de vidas que fizeram essa empresa, conseguiu financeiramente sustentar-se e reduzir as participações da parte da Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Acrescentou que, na sua opinião, as piscinas são a alma da empresa o que o leva uma vez mais a questionar se fará sentido ter uma empresa quando o grosso do seu funcionamento é a gestão apenas de um equipamento mas de facto a gestão tem-se mantido equilibrada. -----

--- A concluir considerou que o documento por vezes traz pouca informação, referindo a título de exemplo que em relação ao Festival Nacional de Gastronomia poderia trazer projeções relativamente ao número de visitantes, de expositores e valores de receita. -----

--- A seguir a senhora **Presidente** em exercício deu a palavra à **Diretora**



**Administrativa e Financeira** da Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA, Dra. Cristina Santos, que agradeceu as palavras dos senhores Vereadores quanto à sua posição dentro da empresa embora a sua responsabilidade seja aquela que o Conselho de Administração lhe delega. -----

--- Referiu que a empresa tem vindo a cumprir o plano de viabilidade económico-financeira que foi aprovado em dois mil e catorze com muitas dificuldades e com muitos imprevistos. Declarou haver poucas empresas com o desempenho que esta empresa tem tido assim como há poucas empresas municipais a nível nacional com uma dependência tão pequena do seu acionista e com a viabilidade que esta empresa tem em termos de cumprimento dos rácios da Lei cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto. Disse que estes resultados constituem efetivamente um orgulho, salientando o trabalho desenvolvido por todos os trabalhadores da empresa. -----

--- Referiu que estes resultados permitem baixar o valor do contrato programa que é o documento que legitima a delegação de competências do acionista na empresa e para além de legitimar tem também os índices de eficácia e de eficiência que são necessários cumprir para que a Câmara lhes continue a confiar as competências que confiou. Disse que vai diminuir no próximo ano em cem mil euros, cerca de vinte e nove por cento do ano anterior, verbas essas que tencionam compensar com receitas próprias nomeadamente após o investimento no parque aquático e também com os resultados que poderão advir em termos de patrocínio e daquele que tem sido o crescimento do Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- Sublinhou que não apresentam resultados operacionais mais positivos porque também é entendimento do Conselho de Administração que tudo o que são mais-valias realizadas em termos de receita própria devem ser reinvestidas na melhoria dos equipamentos a bem da população e a bem da qualidade do serviço e é isso que no terreno e na prática a empresa faz todos os dias. -----

--- A senhora **Presidente em exercício** endereçou ao Conselho de Administração e a toda a equipa da Viver Santarém as maiores felicitações porque só com o esforço conjunto de uma equipa mobilizada e motivada é que é possível alcançar os resultados

que hoje lhes permitem respirar de alívio e encarar o futuro com grande otimismo. -----

--- A Câmara, após mais alguma troca de impressões, deliberou, por maioria, com voto a favor da senhora Presidente em exercício, Susana Pita Soares, quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, um voto contra do senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária e voto de qualidade da senhora Presidente em exercício, aprovar os documentos previsionais e Contrato Programa da Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA., e designar como sua representante na Assembleia Gral da referida Empresa, para apreciação e votação dos documentos em causa, a senhora Vereadora Susana Pita Soares. -----

--- Mais foi deliberado remeter os Instrumentos Previsionais para o ano de dois mil e dezassete, da Empresa Viver Santarém, EM SA à Assembleia Municipal para apreciação nos termos da alínea a) do número dois do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como remeter o Contrato Programa para o ano de dois mil e dezassete, para apreciação e votação nos termos do número cinco do artigo quarenta e sete da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

--- Foi ainda deliberado emitir a certidão solicitada isentando a empresa do pagamento da respetiva taxa, nos termos do Regulamento Geral e Tabela de Taxas do Município de Santarém, em vigor.-----

--- Não participaram na discussão e votação deste assunto, os senhores Presidente e Vereadores Inês Barroso e Luís Farinha, em virtude de integrarem o Conselho de Administração da Empresa.-----

--- Os instrumentos previsionais e contrato programa da empresa Viver Santarém, EM, SA para dois mil e dezassete, dão-se aqui por reproduzidos, ficando cópia anexa à presente ata (documento VII), dela fazendo parte integrante.-----

--- **PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES - X ENCONTRO DE TUNAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM**-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente reunião.-----

--- **REFEIÇÕES ESCOLARES - ESCOLA DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO**

**BÁSICO DE AMIAIS DE BAIXO - ANO LETIVO DOIS MIL E QUINZE/DOIS MIL E DEZASSEIS - PEDIDO DE PAGAMENTO FASEADO**-----

--- Foi presente a informação número seis mil quinhentos e vinte e um, da **Divisão de Educação e Juventude**, datada de vinte do mês findo, que a seguir se transcreve:-----

--- “Na sequência do contacto via e-mail no âmbito da dívida relativa aos anos letivos dois mil e catorze/dois mil e quinze e dois mil e quinze/dois mil e dezasseis, do serviço de refeições dos alunos Eduardo Gabriel Nobre e Laura Gabriel Nobre a frequentar no ano letivo dois mil e quinze/dois mil e dezasseis a Escola do Primeiro ciclo do Ensino Básico de Amiais de Baixo e na sequência de proposta de pagamento faseado por parte da encarregada de educação, vimos por este meio apresentar o seguinte plano de pagamentos:-----

<b>N.º prestações</b>	<b>Valor dívida</b>	<b>Valor prestação</b>	<b>Data limite pagamento</b>
1	439,68 €	73,28 €	Até 08/11/2016
2	366,40 €	73,28 €	Até 08/12/2016
3	293,12 €	73,28 €	Até 08/01/2017
4	219,84 €	73,28 €	Até 08/02/2017
5	146,56 €	73,28 €	Até 08/03/2017
6	73,28 €	73,28 €	Até 08/04/2017
<b>Total</b>		<b>439,68 €</b>	

--- O valor da dívida proposto para pagamento faseado de quatrocentos e trinta e nove euros e sessenta e oito cêntimos relativo ao valor em dívida à data do e-mail enviado pelo encarregado de educação a dezoito de agosto de dois mil e dezasseis. As seis prestações indicadas no quadro acima deverão ser liquidadas na Secção de Receitas do Município conforme ofício a ser posteriormente enviado à encarregada de educação.”---

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento faseado da dívida referente a refeições escolares, conforme preconizado na informação atrás transcrita. ----

--- **CENTRO SOCIAL DE APOIO À COMUNIDADE DE CASÉVEL - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE PUBLICIDADE**-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da presente reunião em face de dúvidas suscitadas pelo senhor Vereador Francisco Madeira Lopes, devendo o processo ser remetido à Divisão jurídica para análise. -----

**--- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA - CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – RATIFICAÇÃO** -----

--- Foi presente a informação número trezentos e quatro, de sete do corrente mês, da **Secção de Receitas**, do seguinte teor:-----

--- “Relativamente ao pedido, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para Ocupação do espaço público no Jardim da Liberdade, no próximo dia vinte e dois de outubro, para a realização de rastreio de saúde e de campanha de sensibilização de doenças cardiovasculares, informo que a secção de receitas não tem conhecimento de qualquer pedido para o mesmo espaço e mesma data. -----

--- Nesta conformidade, coloca-se o assunto à consideração superior, sugerindo o envio do processo ao DTGT-Departamento Técnico e Gestão Territorial (Divisão de Obras e Projetos-setor de trânsito) no sentido de ser emitido parecer técnico. -----

--- Em relação ao pedido de isenção do pagamento da taxa por Ocupação de Via Pública, no valor de cinquenta e quatro euros e sessenta cêntimos (alínea a) número cinco do artigo vinte e três do Regulamento Geral de Taxas), informo que por se tratar de uma entidade de utilidade pública administrativa e tendo em conta a publicação da Lei cinquenta e três-E/dois mil e seis de vinte e nove de dezembro e os artigos vinte e um conjugado com o vinte e um-A do capítulo IV do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Santarém e a pedido da entidade interessada, sugere-se que a senhora Vereadora Susana Pita Soares tome conhecimento do pedido de isenção, com conhecimento, ao senhor Presidente para posterior agendamento para ratificação em Reunião do Executivo Municipal, nos termos da alínea u) do número um do artigo trinta e três do anexo I à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente que isentou a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa do pagamento da taxa por Ocupação de Via Pública no valor de cinquenta e quatro euros e sessenta cêntimos referente à realização de rastreio de saúde e de campanha de sensibilização de doenças

cardiovasculares no Jardim da Liberdade.-----

--- **PUBLICIDADE - PUBLICROMIA - IMPRESSÃO DIGITAL E ARTES GRÁFICAS, LDA - ANULAÇÃO DE DÍVIDA**-----

--- Foi presente a informação número duzentos e sessenta e oito, de doze do corrente mês, da **Divisão Jurídica**, que a seguir se transcreve:-----

--- “Na sequência do processo identificado em epígrafe, cumpre-nos informar o seguinte:-----

--- A firma mencionada em epígrafe é devedora ao Município da quantia de quatrocentos e oitenta e nove euros e sete cêntimos, referente à remoção de um *outdoor* colocado ilegalmente.-----

--- Apesar das várias tentativas efetuadas, nunca foi possível receber a quantia em questão, tendo sido solicitado parecer à Divisão Jurídica acerca da possibilidade de avançar com um processo de injunção.-----

--- Ora, nos termos do disposto no artigo primeiro do Decreto-lei número duzentos e sessenta e nove/noventa e oito, de um de setembro, os procedimentos especiais aí previstos, entre os quais se conta o de injunção, destinam-se a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do tribunal de Primeira instância, ou seja, até quinze mil euros.-----

--- Por sua vez, refere o artigo sétimo do Regime Anexo ao Decreto-lei número duzentos e sessenta e nove/noventa e oito que a injunção é a providência que tem por fim conferir força executiva ao requerimento destinado a exigir o cumprimento das obrigações a que se refere o artigo primeiro do diploma preambular (obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior a quinze mil euros) ou das obrigações emergentes de transações comerciais abrangidas pelo Decreto-lei número trinta e dois/dois mil e três, de dezassete de fevereiro.-----

--- Assim, uma vez que a dívida em causa nos presentes autos não é emergente de um contrato, nem de uma transação comercial, parece-nos, salvo melhor opinião, não ser possível recorrer a esse procedimento, devendo recorrer-se a uma ação comum.-----

--- Sucede, porém, que, nos termos dos documentos que se juntam e que foram obtidos

através do Portal da Justiça, a firma devedora já se encontra encerrada, tendo sido declarada a sua dissolução e encerramento da liquidação. -----

--- De referir que, nos termos do Aviso publicitado no mencionado Portal, em dezasseis de julho de dois mil e quinze, foram os credores notificados para, em dez dias, informarem a Conservatória do Registo Comercial de Lisboa dos créditos e direitos detidos sobre a firma em questão. Mais ficaram notificados de que, na falta de comunicação dentro desse prazo e em caso de inexistência de ativo e passivo seria declarada, simultaneamente, a dissolução e o encerramento da liquidação. Assim, uma vez que não foi comunicada a existência do crédito, foi declarada a mencionada dissolução e encerramento da liquidação, pelo que, qualquer ação para cobrança da dívida estaria votada ao insucesso. -----

--- Em face do exposto, sugere-se a anulação da dívida e o arquivamento do presente processo.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a anulação da dívida e arquivamento do processo, em conformidade e com os fundamentos expendidos na informação atrás transcrita. -----

--- **AMBIJORNADA, ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ACOLHIMENTO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – RATIFICAÇÃO** -----

--- Pela **Secção de Receitas** foi presente a informação número trezentos e dois, de seis do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao pedido, efetuado pela Ambijornada, Associação Centro de Acolhimento, para efetuar um peditário de rua em Santarém – na Avenida Afonso Henriques e na Avenida Madre Andaluz, entre os dias vinte e um e vinte e nove de outubro, informo que o deferimento do mesmo só deverá ocorrer mediante parecer do DTGT-Departamento Técnico e Gestão Territorial. -----

--- Em relação ao pedido de isenção do pagamento de taxas de ocupação de espaço público no valor de dezassete euros e cinquenta e cinco cêntimos, poderá ser deferido por se tratar de uma Associação sem fins lucrativos, cuja comprovação de estatutos se

anexa, a isenção ou redução em cinquenta por cento do valor da taxa, está prevista no artigo vinte e um conjugado com o vinte e um A do Capítulo IV do Regulamento e Tabela de Taxas do Município. Sugere-se, desta forma, que eventualmente a senhora Vereadora autorize a isenção, devendo posteriormente ser o mesmo levado a conhecimento do senhor Presidente com proposta de agendamento para ratificação da isenção, em reunião do Executivo Municipal, nos termos da alínea u) do artigo trinta e três do anexo I à Lei setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente que isentou a Ambijornada, Associação Centro de Acolhimento, do pagamento da taxa de ocupação de espaço público no valor de dezassete euros e cinquenta e cinco cêntimos, relativa à realização de um peditório de rua em Santarém – na Avenida Afonso Henriques e na Avenida Madre Andaluz, entre os dias vinte e um e vinte e nove de outubro.-----

--- **PUBLICIDADE - TAVERNA DO FADO - RESTAURAÇÃO, LIMITADA - ANULAÇÃO DE CRÉDITOS**-----

--- Em face dos despachos exarados no processo em epígrafe, no sentido de se aferir da possibilidade de recebimento da dívida em nome da Taverna do Fado – Restauração Limitada, no montante de duzentos e seis euros e noventa e dois cêntimos, referente a instalação de publicidade, pela **Divisão Jurídica** foi presente a informação número duzentos e trinta e oito, de doze do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência do processo identificado em epígrafe, cumpre-nos informar o seguinte: -----

--- Através de publicitação no Portal da Justiça, tomou o Município conhecimento que a firma “A Taverna do Fado – Restauração Limitada”, se encontrava em liquidação.-----

--- Em face disso a signatária solicitou cópia não certificada do registo comercial da firma, do qual resulta que a mesma entrou em insolvência em dezoito de abril de dois mil e treze, tendo sido nomeado como administrador da insolvência António Liszt dos Santos Melo.-----

--- Contactado o administrador da insolvência telefonicamente, o mesmo informou que o

processo de insolvência já se encontra encerrado há alguns anos. -----

--- Assim sendo, nos termos do artigo trinta e seis do Código de insolvência, uma vez declarada a insolvência de uma firma é fixado um prazo, até trinta dias, para a reclamação de créditos, sendo este o prazo de que os credores dispõem para informar o processo das quantias em dívida. -----

--- Os créditos devem ser reclamados em tempo útil, através de requerimento, sob pena de, não sendo reclamados ou indicados pelo devedor, não serem reconhecidos como dívidas do insolvente.-----

--- Assim, uma vez que o Município não procedeu à reclamação de quaisquer créditos no âmbito do referido processo de insolvência, dentro do prazo legal para o efeito, não é possível receber a quantia em dívida.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a anulação dos créditos em nome da Taverna do Fado – Restauração, Limitada, em conformidade com os fundamentos expendidos na informação da Divisão Jurídica, atrás transcrita. -----

--- **HABITAÇÃO SOCIAL - PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE DÍVIDA DE RENDA REFERENTE À HABITAÇÃO SITA NA AVENIDA BERNARDO SANTARENO POR FALECIMENTO DO ARRENDATÁRIO**-----

--- Foi presente a informação número cento e oitenta, de vinte e um de julho último, da **Secção de Receitas**, informando que o senhor Francisco José Maria Nunes, arrendatário da habitação sita na Avenida Bernardo Santareno, número nove, terceiro esquerdo, faleceu, resultando em dívida o montante de seiscentos e cinquenta euros e vinte e quatro cêntimos referente às respetivas rendas. -----

--- Na sequência desta informação o processo foi remetido à **Divisão de Ação Social e Saúde** solicitando a colaboração para prossecução da arrecadação do valor das rendas em dívida, tendo a mesma prestado a informação número oito mil cento e dezassete, de dezanove do corrente mês, que a seguir se transcreve: -----

--- “Na sequência do despacho exarado na informação número cento e oitenta, da Secção de Receitas, informo que o senhor Francisco José Maria Nunes faleceu em sete de fevereiro de dois mil e treze. -----



--- Contactados os familiares para procederem à entrega do imóvel onde este residia, compareceu a filha Maria Angélica da Silva Nunes que informou estar a ocupar o imóvel.-----

--- De acordo com informação prestada, a Maria Angélica e os seus dois filhos, que se encontravam emigrados na Irlanda, vieram passar o Natal a Portugal, quando esta toma conhecimento da doença oncológica do pai, pelo que decide ficar em Santarém para apoiar o senhor Francisco na sua recuperação. -----

--- A munícipe foi informada de que por ter residido apenas dois meses com o pai, não tinha qualquer direito a permanecer na habitação, uma vez que, e de acordo com a lei, o arrendamento para habitação só não caduca por morte do arrendatário, apenas e quando lhe sobreviva pessoa que com ele residisse em economia comum e há mais de um ano.--

--- A D. Angélica informou que pretendia proceder ao pagamento das rendas que se encontravam em atraso e solicitou a transmissão do contrato de arrendamento para o seu nome, no entanto o pedido foi recusado e a munícipe procedeu à entrega da chave da habitação, nunca procedendo ao pagamento das rendas. -----

--- Atualmente e de acordo com informação da Segurança Social, a senhora Angélica encontra-se a residir em França.” -----

--- A Câmara, em face das informações atrás transcritas, deliberou, por unanimidade, proceder à anulação da dívida em causa, dado o falecimento do arrendatário.-----

--- **VIVER SANTARÉM EM, SA - XXXVI EDIÇÃO DO FESTIVAL NACIONAL DE GASTRONOMIA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA – RATIFICAÇÃO** -----

--- Foi presente o ofício número trinta e oito, de trinta do mês findo, da Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA solicitando a isenção do pagamento da taxa de Ocupação de Via Pública, no Campo Infante da Câmara, junto à Casa do Campino, para realização do XXXVI Festival Nacional de Gastronomia, no período de vinte e um de outubro a um de novembro. -----

--- Na sequência deste pedido, a **Secção de Receitas** prestou a informação número trezentos e três, em seis do mês findo, que a seguir se transcreve:-----

--- “Relativamente ao pedido efetuado pela Empresa Municipal Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA, para ocupar dois mil e oitocentos metros quadrados, no Campo Emílio Infante da Câmara, junto à Casa do Campino, no âmbito da XXXVI Edição do Festival Nacional de Gastronomia, entre os dias três de outubro e quatro de novembro de dois mil e quinze, informo que o deferimento do mesmo só deverá ocorrer mediante parecer do DTGT – Departamento Técnico e Gestão Territorial. -----

--- Em relação ao pedido de isenção do pagamento de taxas de ocupação de espaço público, no valor de cento e vinte e nove mil setecentos e oitenta euros, poderá ser deferido por se tratar de uma Empresa Municipal, a isenção ou redução em cinquenta por cento do valor da taxa, está prevista no artigo vinte e um conjugado com o vinte e um-A, do Capítulo IV do Regulamento e Tabela Geral de Taxas do Município de Santarém. Sugere-se, desta forma, que eventualmente a senhora Vereadora autorize a isenção, devendo posteriormente ser o mesmo levado a conhecimento do senhor Presidente com proposta de agendamento para ratificação da isenção em reunião do Executivo Municipal, nos termos da alínea u) do número um do artigo trinta e três do anexo I à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Vice-Presidente que isentou a Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA do pagamento da taxa de Ocupação de Via Pública, no período de três de outubro a quatro de novembro, no Campo Emílio Infante da Câmara, para a realização do XXXVI Festival Nacional de Gastronomia, nos termos preconizados na informação da Secção de Receitas, atrás transcrita. -----

--- Não participaram na discussão e votação deste assunto, os senhores Presidente e Vereadores Inês Barroso e Luís Farinha, em virtude de integrarem o Conselho de Administração da Empresa em causa. -----

--- **ANULAÇÃO DE DÍVIDA - PROCESSO DE INJUNÇÃO** -----

--- Pela **Secção de Receitas** foi presente a informação número trezentos e doze, de dezanove do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do processo de injunção número 25865/14.SYIPRT, em nome do

requerido senhor Norberto Gomes Carreira, informa-se que o mesmo foi cumprido de forma integral, tendo sido executado o último pagamento em onze de novembro de dois mil e quinze. -----

--- O requerido contraiu uma dívida com o Município no valor de sete mil cento e setenta e um euros e noventa e dois cêntimos relativa a consumo de energia elétrica, nas lojas do Mercado Municipal números trinta e oito e trinta e nove, no período de novembro de dois mil e oito a janeiro de dois mil e onze, que na recusa de pagamento levou estes serviços a remeter o mesmo para cobrança coerciva. -----

--- Analisada a Ata de Audiência de Discussão e Julgamento concluímos que o valor de três mil oitocentos e cinquenta euros referido no seu ponto número um foi pago. -----

--- Fica assim por regularizar a importância de três mil trezentos e vinte e um euros e noventa e dois cêntimos que proponho, caso seja entendimento superior, o envio a Reunião do Executivo Municipal para anulação.”-----

--- A Câmara, após análise dos documentos constantes do processo, deliberou, por unanimidade, concordar com a anulação da dívida, em nome de Norberto Gomes Carreira, no montante de três mil trezentos e vinte e um euros e noventa e dois cêntimos.

--- **TRÂNSITO - FREGUESIA DO VALE DE SANTARÉM - RESERVA DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA A JUNTA DE FREGUESIA E CENTRO DE SAÚDE**-----

--- Pela Junta de Freguesia do Vale de Santarém foi presente um ofício solicitando a reserva de quatro lugares de estacionamento para o Centro de Saúde e um lugar para a Junta de Freguesia na bolsa de estacionamento situada em frente ao edifício da Junta, na Avenida Poeta João d’Aldeia, no Vale de Santarém. -----

--- Na sequência deste pedido o Técnico de Trânsito da **Divisão de Obras e Projetos** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “A Junta de Freguesia de Vale de Santarém, no seguimento do ofício número doze/dois mil e dezasseis, solicita ao município a atribuição da reserva de quatro lugares para o Centro de Saúde (médicos, enfermeiras e administrativos) e um lugar para a junta de freguesia, a implementar na bolsa de estacionamento situada frente ao edifício da

junta, na Avenida Poeta João d'Aldeia, na localidade de Vale de Santarém.-----

--- Acerca deste assunto, relativamente à atribuição de lugares de estacionamento reservados, o Município de Santarém sob determinadas condicionantes, tem atribuído lugares a pessoas com mobilidade reduzida, a operações de carga e descarga, a instituições de solidariedade social, a instituições ou institutos públicos, a táxis e a utentes das farmácias. Quanto à atribuição de lugares a instituições de solidariedade social e/ou entidades públicas têm-se utilizado o critério de que os lugares a reservar apenas poderão ser utilizados por veículos identificados e da propriedade das instituições.-----

--- Assim, no sentido de esclarecer a Junta de Freguesia das condicionantes afetas à atribuição de lugares de estacionamento, efetuou-se reunião no dia dezasseis de março de dois mil e dezasseis, com o presidente de junta, senhor Manuel João Custódio, tendo sido transmitidas as informações acerca das condicionantes impostas relativas ao assunto em análise.-----

--- No seguimento da reunião, o senhor presidente de junta, alegando que os lugares de estacionamento na zona envolvente são insuficientes face à procura motivada pelos serviços afetos ao centro de saúde e aos da junta de freguesia e da própria escola básica localizada nas proximidades imediatas, e tendo em consideração as condicionantes impostas pelo Município, reformula o pedido para um lugar a reservar ao centro de saúde e outro lugar para a junta de freguesia, no sentido de assegurar um melhor desenvolvimento das atividades afetas às instituições referidas e cujos lugares se destinam ao estacionamento de veículos identificados e afetos a essas mesmas instituições.-----

--- Concordando com o teor do pedido reformulado, elaborou-se plano de sinalização vertical e horizontal, compreendendo: -----

- A pintura de linha branca contínua LBC (zero vírgula dez) a delimitar todos os lugares de estacionamento afetos à bolsa;-----

- A implementação de sinalização vertical a reservar um lugar de estacionamento para o centro de saúde e um lugar para a junta de freguesia;-----

- A reformulação do lugar existente destinado a pessoa com mobilidade reduzida, prevendo-se a aplicação de sinalização regulamentar, demolição de rampa existente, construção de rampa e pintura do respetivo símbolo. -----

--- Face ao exposto, visando dar seguimento a este processo, sugere-se que o plano de sinalização composto por três plantas seja submetido previamente à aprovação em reunião de assembleia de junta de freguesia.” -----

--- Em sete do mês findo, o Técnico de Trânsito da Divisão de Obras e Projetos voltou a informar: -----

--- “Relativamente a este assunto informo que a proposta de reserva de lugares de estacionamento para a Junta de Freguesia e para o Centro de Saúde, foi aprovada em reunião de Assembleia de Freguesia no dia vinte e um de junho último, com a condicionante de os respetivos sinais de trânsito incluírem painéis adicionais indicando o período de tempo: Dias úteis, das oito horas às dezoito horas. -----

--- Assim, face ao proposto pela Assembleia de Freguesia considera-se que nada temos a opor, pelo que, foram adaptadas as plantas por forma a contemplar painéis adicionais indicadores do período de tempo afetos aos lugares de estacionamento a reservar à Junta de Freguesia e ao Centro de Saúde em conformidade com o solicitado, as quais se anexam. -----

--- Face ao exposto, considera-se que a proposta encontra-se em condições técnicas a fim de ser submetida à aprovação pelo Executivo Municipal.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a reserva de lugares de estacionamento para a Junta de Freguesia do Vale de Santarém e Centro de Saúde em conformidade com as informações atrás transcritas e plantas que aqui se dão por reproduzidas ficando cópias anexas à presente ata (documento VIII), dela fazendo parte integrante. -----

--- **TRÂNSITO - UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINAL DE STOP E PINTURA DE PASSADEIRAS NA QUINTA DAS TRIGOSAS** -----

--- Na sequência de ofício da União de Freguesias da Cidade de Santarém, pelo Técnico

**de Trânsito da Divisão de Obras e Projetos** foi presente o seguinte parecer técnico, datado de vinte e três do mês findo: -----

--- “No seguimento do ofício número B-duzentos e sessenta e seis/dois mil e dezasseis, a União de Freguesias da Cidade de Santarém a pedido da Associação de Moradores da Quinta das Trigosas, vem por este meio solicitar a colocação de um sinal de “STOP” na rua Josefa de Óbidos, na interseção desta com a rua da Besteira, na Portela das Padeiras, em Santarém e repintura das passadeiras.-----

--- Após deslocação ao local, informa-se que:-----

- Inicialmente esta interseção constituía um entroncamento entre a rua da Besteira com a rua Josefa de Óbidos, tendo sido alterada aquando da construção da urbanização Quinta das Trigosas, na qual foi construído um novo arruamento denominado por rua dos Jasmins, estabelecendo ligação com esta interseção, alterando a tipologia da interseção de entroncamento para cruzamento de vias;-----

- A interseção em apreço, atualmente é constituída pela rua da Besteira, rua Josefa de Óbidos e rua dos Jasmins - urbanização Quinta das Trigosas (ver planta da sinalização existente). Com a construção da rua dos Jasmins, a sinalização existente ficou desajustada e necessita de ser alterada.-----

--- No seguimento da alteração referida na interseção em análise e face à proposta preconizada pela União das Freguesias da Cidade de Santarém, somos a informar que concordamos em modificar a sinalização existente neste cruzamento, de forma a estabelecer prioridade de passagem para os condutores que circulam na rua da Besteira e perda de prioridade para quem circula nas outras vias confluentes. -----

--- Relativamente ao pedido de repintura das passadeiras, informo que a urbanização ainda não foi recebida pela Câmara Municipal, como tal, entende-se que não deverá ser o Município a repintar as passagens de peões, mas sim, o urbanizador/loteador. -----

--- Face ao exposto, vimos por este meio sugerir que a proposta de implementação de sinalização, consistindo na alterando da situação existente, no cruzamento entre a rua da Besteira com os arruamentos: rua Joséfa de Óbidos e rua dos Jasmins, na Portela das Padeiras, na cidade de Santarém, em conformidade com o plano de sinalização anexo,

seja submetida à aprovação do Executivo Municipal.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o teor do parecer técnico e sinalização proposta para o local, aprovando o plano de sinalização que aqui se dá por reproduzido, ficando cópia anexa à presente ata (documento IX), dela fazendo parte integrante. -----

--- **TRÂNSITO - ABATIMENTO NO PAVIMENTO EM TROÇO DA ESTRADA MUNICIPAL QUINHENTOS E SESSENTA E SETE-DOIS, CASÉVEL - PLANO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA** -----

--- Pela **Divisão de Obras e Projetos** foi presente a informação número sete mil setecentos e sessenta e nove, de treze do corrente mês, que a seguir se transcreve: -----

--- “No seguimento do acompanhamento da empreitada “Conservação e Manutenção de Estradas do Concelho de Santarém” foi detetado um abatimento do pavimento rodoviário, com cerca de trinta metros de extensão, em troço da Estrada Municipal quinhentos e sessenta e sete-dois, próximo do lugar de Póvoa, freguesia de Casével, cujas condições podem comprometer a segurança da circulação rodoviária.-----

--- Mais informamos que a reparação deste abatimento em estrada municipal encontra-se prevista no âmbito da realização da empreitada referida anteriormente, contudo, essa intervenção não é imediata, pelo que, considera-se necessário implementar sinalização de carácter temporário, a fim de garantir-se a informação aos condutores das condições precárias afetas ao estado do pavimento naquele troço de via, para que estes possam adotar com a antecedência necessária os comportamentos adequados à prática de uma condução defensiva. -----

--- No seguimento do exposto, elaborou-se plano de sinalização temporária, para o local em apreço, pelo que, sugere-se que a proposta de implementação de sinalização vertical proposta seja submetida à aprovação pelo Executivo Municipal.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de sinalização temporária que aqui se dá por reproduzido, ficando anexo à presente ata (documento X), dela fazendo parte integrante, para o troço da Estrada Municipal quinhentos e sessenta e sete-dois, próximo do lugar de Póvoa, freguesia de Casével, devendo implementar-se a sinalização

vertical proposta. -----

--- **TRÂNSITO - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE SINAL DE ESTACIONAMENTO PROIBIDO AO ABRIGO DO ARTIGO CINQUENTA DO CÓDIGO DE ESTRADAS** -----

--- Foi presente uma carta de Mário Colaço Rodrigues Ribeiro, solicitando autorização para colocação de um sinal de estacionamento proibido ao abrigo do artigo cinquenta do Código das Estradas, na garagem da sua propriedade sita na Travessa Quinze de Março, número sete, União de Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau, em Santarém.-----

--- Sobre este pedido foi presente a informação número cento e cinquenta e oito, de dezoito de agosto último, da **Divisão de Obras e Projetos**, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao assunto em epígrafe e conforme solicitado, informa-se que não se vê inconveniente na colocação do sinal de estacionamento proibido no acesso à propriedade do requerente, no sentido que reforça o estipulado na Lei número setenta e dois/dois mil e treze, de três de Setembro, nomeadamente a alínea c) do número um do artigo cinquenta é proibido o estacionamento “*nos lugares por onde se faça o acesso de pessoas ou veículos a propriedades, a parques ou a lugares de estacionamento*”.-----

--- Mais se informa, que a aquisição e colocação do referido sinal é da responsabilidade do requerente, devendo observar-se o seguinte: -----

- O sinal deverá ser colocado na porta de acesso à propriedade, devendo garantir a sua fácil observação;-----

- A forma e as características do sinal de estacionamento proibido devem estar em conformidade com as indicações referidas no Regulamento de Sinalização de Trânsito, ao abrigo do Decreto Regulamentar número vinte e dois-A/noventa e oito de um de outubro e do Decreto Regulamentar número quarenta e um/dois mil e dois, de vinte de agosto; -----

- O diâmetro do sinal deve ser de trinta centímetros, aceitando-se uma margem de erro de até cinco centímetros. -----

--- De salientar que a presente proposta carece de aprovação pelo executivo camarário.”



--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a colocação do sinal de estacionamento pretendido na porta de acesso à garagem sita na Travessa Quinze de Março, número sete, em Santarém., nos termos da informação atrás transcrita. -----

--- **TRÂNSITO - JUNTA DE FREGUESIAS DE ALCANEDE - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO LIMITANDO A VELOCIDADE NA RUA DA PIEDADE, EM VALE DO CARRO** -----

--- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Alcanede, solicitando a colocação de sinalização na Rua da Piedade, em Vale do Carro, no sentido de limitar a velocidade a trinta quilómetros/hora, dado que naquela rua as habitações são muito próximas da estrada e aquele caminho é muito utilizado por motos e moto quatro, tendo-se já verificado pequenos incidentes. -----

--- O Técnico de Trânsito da Divisão de Obras e Projetos emitiu parecer favorável à solução preconizada, considerando que a redução de velocidade a impor pela sinalização poderá contribuir para a segurança rodoviária local, pelo que deverá ser submetida à apreciação da Assembleia de Freguesia. -----

--- Em vinte e seis de agosto último o mesmo Técnico, no seguimento da aprovação da proposta em reunião da Assembleia de Freguesia de Alcanede, relativa à implementação de sinalização vertical para a rua da Piedade, localizada em Vale do Carro, Alcanede, propôs a aprovação do plano de sinalização que aqui se dá por reproduzido, ficando cópia anexa à presente ata (documento XI), dela fazendo parte integrante. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de sinalização proposto para a Rua da Piedade, em Vale do Carro, freguesia de Alcanede, deste Município. -----

--- **TRÂNSITO - UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO AVISADORA DE PASSAGEM DE GADO ENTRE OS CASAIS REIMÃO E A PONTE DE CELEIRO, NA ESTRADA NACIONAL TREZENTOS E SESSENTA E CINCO**-----

--- Sobre o assunto em epígrafe pelo Técnico de trânsito da Divisão de Obras e Projetos foi presente o seguinte parecer: -----

--- “No seguimento da exposição apresentada pela União de Freguesias da Cidade de

Santarém, vem esta entidade, a pedido de dois munícipes possuidores de rebanhos de caprinos, solicitar a implementação de sinalização vertical de trânsito avisadora de passagem de gado, entre os Casais Reimão e a Ponte de Celeiro, a fim de poderem deslocar os seus rebanhos, na Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco (D), para estes se poderem alimentar em terrenos da Freguesia de Almoester. -----

--- Acerca deste assunto informo que foi efetuada visita ao local, acompanhado pelo Presidente da União de Freguesias da Cidade de Santarém e de um dos munícipes, proprietário de um dos rebanhos que com frequência utiliza aquele troço da Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco (D). Durante a visita foi reiterada a necessidade de implementação de sinalização de perigo: animais, por forma a advertir com a necessária antecedência os condutores que naquele troço existe a possibilidade de encontrar animais, possibilitando a tomada de comportamentos adequados a fim de evitar-se eventuais acidentes. -----

--- Assim, no sentido de dar seguimento a este assunto, elaborou-se proposta de sinalização, contudo, pelo facto da localização de um dos sinais de trânsito propostos incidir em área da freguesia de Almoester, efetuou-se contato com o presidente de junta de freguesia, senhor João de Oliveira Neves, questionando-o acerca desta proposta de sinalização, tendo o senhor Presidente informado que nada tem a opor. -----

--- Face ao pedido apresentado, informamos que concordamos com o sugerido, pois este destina-se a contribuir para a segurança rodoviária local, pelo que, sugere-se que a proposta de implementação de sinalização de trânsito, sinais de perigo: A dezanove a – animais, para o troço da Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco (D), Estrada da Ponte do Celeiro, em conformidade com o plano de sinalização anexo seja submetida a aprovação pelo Executivo Municipal.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, em conformidade com o plano de sinalização apresentado, que aqui se dá por reproduzido, ficando cópia anexa à presente ata (documento XII), dela fazendo parte integrante.-----

--- **REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER - SANTARÉM - PROJETO DE EXECUÇÃO** -----

--- Pela Arquiteta paisagista, Catarina Avillez Durão, da **Divisão de Obras e Projetos** foi presente a informação número cento e sessenta e nove, de vinte e sete do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da aprovação do estudo prévio desenvolvido para a requalificação do Largo do Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Santarém, foi solicitada a elaboração do projeto de execução pela equipa multidisciplinar da autarquia constituída para esse efeito. -----

--- Com base neste projeto pretende-se requalificar o largo exterior do Mosteiro de Santa Maria de Almoester, monumento nacional classificado desde mil novecentos e vinte. -----

--- **Antecedentes**-----

--- Numa primeira fase foi elaborado o programa base, anexo à informação número cento e cinquenta e dois/dois mil e treze, de trinta e um de maio, desenvolvido com suporte na análise do local, dos elementos existentes, da informação resultante da pesquisa e considerada relevante, e das reuniões estabelecidas com os principais interlocutores.-----

--- De salientar que para a elaboração desse programa base, suporte do desenvolvimento do estudo prévio elaborado, foram realizadas várias reuniões com os diferentes interlocutores com responsabilidades sobre este espaço e edifícios adjacentes. -----

--- As reuniões com o presidente da junta de freguesia de Almoester foram fundamentais para as atuais utilizações dos vários edifícios que enquadram o largo e se discutir algumas das perspetivas futuras. Deste modo as ações indicadas como necessárias de levar a cabo, são consideradas condicionantes programáticas porque condicionam a vivência do espaço e uma possível intervenção com sucesso. -----

--- As reuniões com elementos da Direção-Geral e Património Cultural (DGPC) e visitas ao local em questão e conjunto monástico pelos vários técnicos foram muito importantes. A importância deste local está estreitamente ligada à história e evolução deste mosteiro. A relação entre o espaço exterior e o interior deverá ser estabelecida para que seja enriquecida a vivência deste largo e percecionada a importância do lugar.-----

--- O estudo prévio desenvolvido numa primeira fase foi entregue juntamente com a

informação número duzentos e dezanove/dois mil e treze, de trinta de agosto, tendo na sequência de reuniões com Interlocutores sofrido ajustes e feita algumas redefinições sendo que mereceu parecer favorável da DGPC em dois mil e catorze.-----

--- Pela autarquia foram solicitados elementos e questionada esta direção sobre os planos da tutela para este monumento, e todo o conjunto do mosteiro, como a cerca e o claustro interior, por e-mail e ofício.-----

--- Este monumento integra o conjunto gótico da cidade de Santarém, e a rota europeia de Cister, sendo que pelas suas características todo o conjunto e sua requalificação integrada poderia ter um papel muito significativo no âmbito do turismo cultural do concelho. -----

--- **Proposta** -----

--- Este mosteiro foi construído no final do século XIII, durante o reinado de D. Dinis, e utilizado como convento feminino pelas monjas da Ordem de Cister. Considera-se que deverá ser restituída a sua dignidade e feitos esforços para uma recuperação cultural integrada do que ainda existente deste monumento. -----

--- Na requalificação deste largo (claustro exterior) de Almoester tem-se por principal objetivo promover a articulação deste espaço com a envolvente e conjunto monástico, potenciar os valores patrimoniais, históricos, paisagísticos, memórias do local e refletir as necessidades atuais da população, por forma a dignificar o espaço, oferecendo novas vivências, sem perder a sua identidade. A valorização do largo e sua leitura como um todo, integrado no conjunto monástico, é assim a principal finalidade. Paralelamente deverá tornar-se um espaço convidativo ao recreio passivo, estadia e contemplação e possibilitar albergar eventos esporádicos. -----

--- Este espaço exterior é também o local de ligação da comunidade e população de Almoester ao mosteiro, mantendo assim a função que lhe foi atribuída aquando da sua génese, charneira entre a realidade da vivência fora e dentro dos muros conventuais. A sua requalificação deverá assim contribuir para a atratividade do conjunto monástico e ser um espaço convidativo tanto à população local como visitantes, evidenciando a relação espaço exterior/ interior. -----

--- Teve-se por objetivo criar uma zona de terreiro assumido, central, aglutinados, com um pavimento uniforme, em betão desativado de cor bege, ritmado por linhas sucessivas em lajes de calcário, material dos pavimentos existentes. Estas linhas reforçam o paralelismo com a igreja, permitindo uma marcação pautada e regular para futuras utilizações do espaço. As linhas contrárias perpendiculares no topo nascente formalizam o fecho do largo enquanto terreiro associado ao monumento. Estas linhas são reforçadas pelos alinhamentos de árvores que permitem encerrar o largo, permitindo proteger a imagem geral do terreiro do impacto do edifício de construção mais recente da ARCFA no sentido da diminuição do impacto que causa o mesmo no conjunto. -----

--- A proposta de requalificação para este largo está descrita nos elementos anexos, desenvolvidos pela equipa técnica da Câmara Municipal de Santarém. As especialidades técnicas envolvidas para a realização deste projeto foram: a arquitetura paisagista, na definição da conceção do espaço, acumulando a coordenação (a signatária, DP); a engenharia, com as estruturas e a rede de drenagem pluvial (engenhaira Filipa Pinhal do Canto, DP); a engenharia eletrotécnica para as redes de infraestruturas elétricas e de telecomunicações (engenheiro Pedro Azemel, DP); a arqueologia para a definição dos trabalhos de arqueologia e condicionantes ao nível do subsolo (arqueólogo António Matias, SMBPC); a arquitetura para requalificação da pala e entrada do edifício da ARCFA (arquiteto Paulo Girão, DP); a conservação e restauro para a proposta de valorização dos vários elementos com valor patrimonial (técnica superior de Conservação e Restauro Vânia Coelho, SMBPC). -----

--- As peças escritas (seis documentos) e as peças desenhadas (trinta e sete desenhos a diferentes escalas) que constituem este projeto de execução estão indicadas no índice que se anexa a esta informação. A equipa recebeu também a colaboração do desenhador Luís Reis, do medidor/orçamentista Francisco Peralta e da engenheira Inês Alves para elaboração do PSS e PPGRCD, todos da Divisão de Obras e Projetos. -----

--- Conforme indicado no mapa de quantidades de trabalho o orçamento estimado para concretização desta proposta, para uma área de intervenção de três mil seiscentos e quarenta e oito metros quadrados, é de trezentos e trinta e três mil novecentos e sessenta

euros e quarenta e oito cêntimos. Este valor apresenta um diferencial em relação ao estimado em estudo prévio atendendo que o espaço está na área de proteção de um monumento nacional, pelo que terá que ter necessariamente acompanhamento arqueológico e escavações arqueológicas preventivas, e que não existiu possibilidade de se fazerem as sondagens preventivas e o relatório de arqueologia que dessem indicações nesta matéria. Assim, uma vez que atualmente não há conhecimento do existente no subsolo, as escavações para as infraestruturas e soluções construtivas tiveram que ser todas contabilizadas como escavação manual preventiva o que torna a proposta mais onerosa. -----

--- Deste modo e atendendo ao exposto propõe-se: -----

--- a) Aprovação do projeto de execução para a "Requalificação do Largo do Mosteiro de Santa Maria de Almoester, Santarém", constituído por todas as peças escritas e desenhadas constantes em anexo e referidas no índice;-----

--- b) Remessa à DGPC – Direção Geral do Património Cultural para solicitação de parecer desta fase, na sequência da aprovação do estudo prévio.” -----

--- O senhor **Presidente** agradeceu a presença dos técnicos e deu a palavra à **arquiteta Catarina Durão**, que procedeu à apresentação do projeto começando por salientar a importância deste conjunto patrimonial no Concelho. Disse tratar-se de um mosteiro construído no final do século XIII, fundado em mil duzentos e oitenta e nove, durante o reinado de D. Dinis, pela aia da Rainha Santa Isabel, e que acolheu monjas da Ordem de Cister. -----

--- Disse que este conjunto monástico é uma pérola que está ali escondida por ter perceptível praticamente todos os elementos originais, algo que é único se se pensar no Convento de São Francisco ou no Convento de Santa Clara, que têm as igrejas mas não têm de facto o conjunto que identifica o que seria um mosteiro deste tipo.-----

--- Sublinhou que está quase tudo intacto: o edifício da Junta é a antiga portaria do convento, a cerca está toda intacta com os aquedutos, com todo o conjunto e depois há o largo exterior que seria o claustro e constituiria o elemento de ligação entre a população e o próprio mosteiro que é o espaço público e é deste que irá falar e que corresponde à

parte visível do mosteiro que é tutela do Estado. Referiu que em mil novecentos e vinte foi classificado como património nacional e embora não esteja todo o conjunto a parte onde se vai realizar a intervenção está dentro da área de proteção o que levanta uma série de questões quer em termos patrimoniais quer em termos das próprias condicionantes da intervenção. -----

--- Referiu que há um plano de pormenor para aquela zona elaborado em mil novecentos e noventa e seis, que dá indicações que se devem respeitar em termos de algumas linhas para a intervenção. -----

--- Disse, ter existido uma preparação que começou em dois mil e treze com o programa e o estudo prévio antes do projeto de execução. -----

--- Prosseguiu referindo que quando foram extintas as ordens religiosas em mil oitocentos e trinta e quatro foi votada ao abandono toda a parte do mosteiro e em mil novecentos e vinte foi classificado como Monumento Nacional mas esta classificação não implicou uma gestão cultural do património, tendo sido assente em critérios económicos, subalugando parcelas do bem a várias entidades.-----

--- Assim, a igreja em mil novecentos e quarenta foi entregue à diocese sendo a paróquia de Almoester. -----

--- Outras partes do conjunto como a cerca e refeitório ficaram afetos à Estação Zootécnica Nacional, atual INIAV, verificando-se a utilização da cerca para pastorícia. -

--- Salientou ainda, que o único elemento que foi demolido é onde é agora a sede da Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Almoester. Disse existirem ainda os muros da cerca e outros elementos como a arcada e o pórtico da antiga cerca. A estrada principal era a que dava acesso ao próprio Largo, onde está também o Pórtico. -----

--- Enalteceu também o papel que a Junta de freguesia tem relativamente à ocupação funcional, porque depois da obra será necessário haver um acompanhamento, pelo que terão que ficar definidas desde o início as regras a seguir para que o espaço possa ter a visibilidade que se pretende e se possa dignificar novamente o que era então aquele Largo e a importância destes elementos.-----

--- Prosseguiu a referir que o Largo se encontra muito dividido, encontrando-se uma

parte ocupada pelo recreio de uma das salas do jardim-de-infância, outra parte com arrumações da própria Junta e uma casa ocupada pelo coveiro. Acrescentou, que estes assuntos começaram a ser tratados em dois mil e treze prevendo-se que no próximo ano estejam resolvidos. -----

--- Sublinhou, também, a importância de dignificar este Largo, recuperando-o como um espaço de ligação de Almoester e de Santarém ao Mosteiro e tentar que a Tutela que tem a seu cargo todo o conjunto também possa intervir porque é importante que haja uma operação conjunta competindo à Câmara intervir no espaço público. -----

--- Esclareceu que se pretende desenvolver o papel do terreiro requalificando-o, dignificando-o e promovendo a articulação do espaço com a envolvente e o conjunto monástico, sem esquecer as atuais necessidades da população. -----

--- Saliu como elemento negativo de maior peso no Largo, o edifício da Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Almoester, o qual deve ser requalificado, tentando desligá-lo do que é o Largo e do que é a parte patrimonial. No que diz respeito à conservação e restauro importa dizer que foram identificados os elementos com maior importância histórica, tendo feito constar no projeto todas as propostas para a conservação e restauro destes mesmos elementos.

--- Em termos de arqueologia disse não ser conhecido o que se passa no subsolo e, por isso, as escavações para as infraestruturas e soluções construtivas tiveram que ser todas contabilizadas como escavação manual preventiva tornando a proposta mais onerosa. ---

--- Prosseguiu referindo que aquele largo é um espaço muito árido, muito seco, com apenas uma árvore de grande porte, pretendendo-se que toda aquela área ligada à cerca passe a ter uma vegetação arbórea, mantendo uma zona com saibro e criar pequenas zonas de sebes sempre a pensar na ligação e na história do conjunto. -----

--- Referiu que houve também a aproveitação dos materiais, designadamente uma calçada antiga que vai ser reaproveitada, passando a ser a própria entrada feita com o mesmo material. Neste espaço irão ser dispostos canteiros com sebes e árvores, formalizadas de forma desencontrada, dando a ideia de movimento. A presença de vários exemplares arbóreos foi pensada de modo a diminuir o impacto do edifício da



Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Almoester e proporcionar condições em termos de humidade, microclima e biodiversidade, criando um espaço que seja mais convidativo à estadia e que possa fazer essa ligação não só ao fim de semana em que o espaço é muito utilizado, mas também no dia-a-dia.-----

--- Mencionou ainda, que a zona frontal do arco de ligação entre o terreiro e o claustro permite uma relação visual com o interior desse mesmo claustro pretendendo-se, com esta proposta, criar a possibilidade de observar o arco que até meados do século passado se encontrava em frente à porta principal da Igreja a “espreitar” para o claustro interior.-

--- Disse também, que em mil novecentos e cinquenta a DGEMN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais fez uma intervenção e deslocalizou o arco e o arco está nesse pátio e vai-se ter outra vez esse pequeno espaço e poder espreitar para o pátio interior que é o que tem o valor maior e é a pérola escondida tal como a cerca.-----

--- Em dois mil e catorze, numa das reuniões, a DGPC – Direção Geral do Património Cultural, considerou que, de facto, a cerca também deveria estar classificada como valor patrimonial para se poder salvaguardar todo este conjunto que é único e é um exemplo do gótico medievale de Santarém. Sublinhou não existir outro exemplo, mesmo na cidade, que ainda tenha todos os elementos integrantes. Realçou que toda a vida do mosteiro se fazia dentro da cerca, dentro deste claustro, dentro do refeitório e que este mosteiro tem características para poder ter um enorme valor no futuro em termos de turismo cultural para o próprio concelho.-----

--- Aludiu ainda à intervenção na Igreja, referindo que deveriam ser melhoradas as acessibilidades a esta, através da colocação de pavimento à sua volta e assim, minorar os problemas existentes de humidade.-----

--- Salientou ainda que a iluminação deverá realçar as rosáceas, a entrada, o pórtico para que todo o conjunto e o Largo possam voltar a ser um cartão-de-visita devolvendo-lhe toda a sua dignidade. -----

--- Foram também destacadas, em termos de terreiro, as zonas de estadia, o pátio do arco, a zona do acesso, alguns muros em termos de estabilidade, a parte da drenagem que está enquadrada nas riscas do pavimento que passa a ser de saibro de cor areada, feito

com seixos da zona.-----

--- A concluir, informou que o orçamento estimado para a concretização desta proposta é de trezentos e tinta e três mil novecentos e sessenta euros e quarenta e oito cêntimos. --

--- O **senhor Presidente** informou que este é um dos três projetos ao nível patrimonial que o município espera ver concretizados até dois mil e vinte. Referiu que no Pacto com a CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo no âmbito do Programa Operacional Regional Alentejo dois mil e vinte, havia a possibilidade de investimento relacionada com o património, tendo sido privilegiadas três igrejas, Almoester envolvendo o Convento, a Igreja de São João do Alporão e a Igreja de Santa Iria. -----

--- O **senhor Vereador Francisco Madeira Lopes** congratulou-se com o projeto e com a intenção de recuperar este património. Disse que sempre tem defendido que Santarém do ponto de vista patrimonial não é apenas a cidade mas todo o concelho e como tal, deve ser também valorizado do ponto de vista turístico e do ponto de vista da fruição das relações. -----

--- A este propósito lembrou Pernes e Alcanede, sublinhando que não é apenas a cidade de Santarém que tem valores. Referiu que do ponto de vista arqueológico, com os trabalhos para o PDM - Plano Diretor Municipal, eventualmente se irá descobrir que há muito mais do que se pensava. -----

--- Referiu que o Largo tem tido uma grande utilização nos últimos anos com o envolvimento de algumas entidades que já foram referidas, questionando se essas entidades foram ouvidas, se todos os problemas que existiam e se as soluções que o projeto de execução prevê foram discutidas e aceites por essas entidades, como a junta de freguesia, a associação recreativa, a diocese e o INIAVE. -----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o acesso de veículos e que soluções estão previstas para o estacionamento. -----

--- Perguntou se já está aberto o procedimento para a inclusão da cerca no conjunto monumental e solicitou o parecer da DGPC – Direção Geral do Património Cultural. Disse também, não saber de que maneira é que o parecer da DGPC – Direção Geral do Património Cultural foi integrado no projeto de execução. -----

--- Concluiu questionando sobre as razões de se estar a aprovar o projeto agora e quais as fontes de financiamento e prazos de execução deste projeto. -----

-- O **senhor Vereador Celso Braz** questionou sobre o responsável por cada parte da gestão do espaço depois da obra. -----

--- A senhora **arquiteta Catarina Durão** declarou terem-se verificado reuniões com todas as entidades e interlocutores tal como é referido no ponto quatro.dois das condicionantes programáticas da memória descritiva. -----

--- Prosseguiu dizendo que a fase de ante projeto foi já muito desenvolvida, tendo existido um programa preliminar com todas as intenções, objetivos e usos, tendo sido discutida a saída do jardim-de-infância, porque estão a ocupar uma parte do largo com o recreio. -----

-- Todo o programa foi conversado. O projeto de execução contempla concretização de algumas opções. Do estudo prévio e do plano geral do estudo prévio para o plano geral do projeto de execução não há praticamente nenhuma alteração, porque o estudo prévio já apontava para a estimativa dos trezentos mil euros. Em termos funcionais e formais mantém-se idêntico. -----

--- Sublinhou ainda, terem havido reuniões com cada uma das entidades, DGPC – Direção Geral do Património Cultural, Junta de Freguesia e posteriormente com a Associação Recreativa para se poder intervir na entrada e na reconstrução. Foi emitido parecer pela DGPC – Direção Geral do Património Cultural tendo havido reunião no próprio local já com o estudo prévio para que fossem aferidas algumas indicações que tinham sido dadas. -----

--- Por fim, prestou esclarecimentos sobre o estacionamento, acrescentando que o pavimento está preparado para poder, pontualmente, receber parte do estacionamento, devidamente regrado, dado que o mobiliário não deixa que o estacionamento se aproxime de várias zonas. -----

--- O **senhor Presidente** referiu que já em dois mil e treze havia uma estimativa orçamental que apontava para trezentos mil euros e o que consta no Pacto com a CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo no âmbito do Programa Alentejo dois

mil e vinte são trezentos mil euros, mas o Município irá ter que assumir um pouco mais do seu orçamento municipal porque não se iria inviabilizar este projeto devido aos cerca de trinta mil euros necessários, para além dos quinze por cento.-----

--- A concluir, sublinhou que o convento de Almoester do ponto de vista da classificação patrimonial é dos maiores do concelho e recordou que há cerca de três anos com a DGPC – Direção Geral do Património Cultural foi feita uma recuperação no Castelo de Alcanede.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o “projeto de execução para a requalificação do Largo do Mosteiro de Santa Maria de Almoester” bem como a sua remessa à DGPC – Direção Geral do Património Cultural para emissão de parecer.-----

--- **CONCURSO PÚBLICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS - CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO - CONCURSO NÚMERO QUATRO/DOIS MIL E DEZASSEIS/CCE – RATIFICAÇÃO**-----

--- Pela **Divisão de Finanças**, foi presente a informação número trezentos e onze, de dezanove do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Considerando que:-----

--- a) A Certificação Energética dos Edifícios é um imperativo legal estatuído na Lei número cento de dezoito/dois mil e treze, de vinte de agosto, pelo que se torna necessário proceder à sua aquisição;-----

--- b) O Município deliberou, por decisão datada de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezasseis, aderir à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, dados os efeitos de economias de escala provenientes dos procedimentos promovidos pela CCE-CIMLT, que têm permitido gerar poupanças para o Município em diversas áreas; -----

--- c) Em consequência, a vinte e sete de maio de dois mil e dezasseis, foi celebrado o contrato de mandato entre o Município e a CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo -----

--- d) Os serviços referidos representam, em termos financeiros, um custo relevante no Orçamento Municipal;-----

--- e) O Município não possui recursos materiais e humanos que o habilitem, por si mesmo, a produzir os referidos serviços; -----

--- **Um.** Propõe-se a celebração de um acordo quadro, nos termos do disposto na alínea a) do número um do artigo duzentos e cinquenta e dois do Código dos Contratos Públicos (CCP, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro), para a aquisição de serviços para Certificação Energética dos Edifícios.

--- **Dois.** Para esse efeito, com fundamento na alínea b) do número um do artigo vinte do Código dos Contratos Públicos, propõe-se a abertura de procedimento de concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, estabelecendo-se, para o efeito os preços unitários máximos previstos no Anexo II a esta informação, da qual faz parte integrante, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor, que resultará, para este Município, o seguinte limite máximo de despesa: -----

--- - cento e trinta e oito mil e seiscentos euros, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se um valor de realização financeira de vinte e cinco mil novecentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos no ano de dois mil e dezassete, de trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta euros no ano de dois mil e dezoito, de trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta euros no ano de dois mil e dezanove, de trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta euros no ano de dois mil e vinte e de oito mil seiscentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos para o ano de dois mil e vinte e um.-----

--- **Três.** Para efeitos da Cláusula terceira do Contrato de Mandato Administrativo celebrado entre o Município e a CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo em vinte e sete de maio de dois mil e dezasseis, propõe-se que o Município apresente junto desta um pedido de contratação, no sentido de que a Central de Compras Eletrónicas da CIMLT proceda, em sua representação, à tramitação do concurso público necessário e à celebração do mencionado acordo quadro.-----

--- **Quatro.** Sem prejuízo de outras competências que lhe sejam atribuídas pelo programa de procedimento e pelo Código dos Contratos Públicos, e ao abrigo das

disposições conjugadas dos números um a três do artigo quarenta e quatro e dos artigos quarenta e seis e quarenta e sete, todos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), e do artigo cento e nove do Código dos Contratos Públicos, propõe-se que relativamente ao procedimento adjudicatório tendente à celebração do acordo quadro sejam delegadas no Conselho Intermunicipal da CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo as seguintes competências atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos ao órgão competente para a decisão de contratar: -----

- a) Designação do júri do procedimento; -----
- b) Prestação aos concorrentes, dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento; -----
- c) Prorrogação do prazo para apresentação de propostas, nos termos e ao abrigo do artigo sessenta e quatro, número quatro do Código dos Contratos Públicos; -----
- d) Decisão de qualificação dos candidatos e/ou concorrentes; -----
- e) Proceder à decisão de adjudicação do acordo quadro; -----
- f) As competências previstas nos números dois a quatro do artigo oitenta e seis do Código dos Contratos Públicos; -----
- g) Aprovação da minuta dos referidos contratos e decisão quanto às reclamações quanto a essa mesma minuta. -----

--- **Cinco.** Ao abrigo do número um do artigo quarenta e seis do CPA, propõe-se que seja concedida autorização ao Conselho Intermunicipal da CIMLT para subdelegar no seu Presidente as competências referidas no ponto anterior. -----

--- **Seis.** Propõe-se ainda que seja concedida autorização ao Conselho Intermunicipal da CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, para subdelegar no júri do procedimento a competência para a prestação, aos concorrentes, dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento; -----

--- **Sete.** Propõe-se também que a competência para proceder à outorga do acordo quadro, em nome e em representação do Município, seja delegada no Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. --

--- **Oito.** Propõe-se, em último lugar, a aprovação do Programa de Concurso e do

Caderno de Encargos correspondente ao procedimento de contratação pública a realizar, juntos à presente Informação.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, exarado em vinte do corrente mês, autorizando o proposto na informação da Divisão de Finanças, atrás transcrita, no âmbito da aquisição de serviços para Certificação Energética dos Edifícios, devendo agir-se em conformidade. -----

--- **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE TURNOS DAS FARMÁCIAS DO CONCELHO PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE**-----

--- Foi presente o ofício de seis do corrente mês, da **Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo** remetendo para parecer o mapa de turnos das farmácias do concelho relativos ao ano de dois mil e dezasseite propostos pela Associação Nacional de Farmácias. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à proposta de turnos das farmácias do concelho para o ano de dois mil e dezasseite remetida pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL**-----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, dando conhecimento da aprovação da proposta de **procedimento concursal para provimento do lugar de chefe da divisão de espaços públicos e ambiente**, na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, dando conhecimento da aprovação da **proposta de fixação de taxas do IMI** respeitantes a dois mil e dezasseis a liquidar em dois mil e dezasseite, na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, dando conhecimento de que na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis foi aprovada a **proposta IRS - participação variável**. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém** dando conhecimento da aprovação da proposta de apoio à realização da **Expoalcanede – dois mil e dezasseis**, na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis. -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém** dando conhecimento da aprovação na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis, da proposta de **contratação de locação de bens móveis**.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, dando conhecimento de que na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis foi aprovada a proposta de **lançamento de derrama para o ano de dois mil e dezassete**.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, dando conhecimento de que na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis foi aprovada a proposta de **nomeação de juizes sociais para o biênio dois mil e dezassete-dois mil e dezoito**.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, dando conhecimento de que na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis foi aprovada a proposta de **declaração de interesse municipal de Agro-Pecuária Valinhos SA**.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, dando conhecimento de que na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis foi aprovada a proposta de **isenção de pagamento de IMI de João Carlos Flores Ferreira**.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, dando conhecimento de que na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis foi aprovada a proposta de **declaração de interesse municipal de Limestone, Limitada**.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém** dando conhecimento de que na



sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis a proposta de fixação da **taxa municipal de direitos de passagem para dois mil e dezasseis** foi aprovada. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém** dando conhecimento de que na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis a proposta de **repartição de encargos para aquisição de extintores e carretéis** foi aprovada. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém** dando conhecimento de que na sessão de trinta de setembro de dois mil e dezasseis a proposta de **contratação de empréstimos** foi aprovada. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Sob proposta do senhor Presidente, a câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente ata a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou as próximas reuniões do Executivo Municipal se encontram marcadas para os dias catorze e vinte e oito de novembro, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe é conferida pelos números um e dois do artigo quarenta e nove, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**” sem que se tenha verificado qualquer pedido de uso da palavra. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a reunião eram dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser assinada. -----

--- E eu, \_\_\_\_\_ Coordenadora Técnica a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Ricardo Gonçalves \_\_\_\_\_

--- **OS VEREADORES** -----

--- António Carmo \_\_\_\_\_

--- Susana Pita Soares \_\_\_\_\_

--- Ricardo Segurado \_\_\_\_\_

--- Luís Farinha \_\_\_\_\_

--- Celso Braz \_\_\_\_\_

--- Francisco Madeira Lopes \_\_\_\_\_

--- Inês Barroso \_\_\_\_\_

--- Sérgio Cardoso \_\_\_\_\_